



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO HISTÓRIA
CURSO LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA DO SUL DA MATA
ATLÂNTICA

ELIZIANE ANTUNES

**Eko-Etno-Envolvimento: Sustentabilidade e autonomia para a proteção
do Bem Viver Guarani Mbya na Terra Indígena Morro dos Cavalos**

Florianópolis

2025

ELIZIANE ANTUNES

Eko-Etno-Envolvimento: Sustentabilidade e autonomia para a proteção do Bem Viver Guarani Mbya na Terra Indígena Morro dos Cavalos



Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Licenciado(a) no curso de Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica com terminalidade em Ciências humana, Ciências sociais e aplicadas.

Orientação coletiva: Maria Dorothea Post Darella, Nivaldo Peroni e Kerexu Yxapyry.

Florianópolis, 2025

Antunes, Eliziane

Eko-Etno-Envolvimento : Sustentabilidade e autonomia para a proteção do Bem Viver Guarani Mbya na Terra Indígena Morro dos Cavalos Eliziane Antunes ; orientadora, Maria Dorothea Post Darella, orientador, Nivaldo Peroni , coorientadora, Kerexu Yxapyry, 2025. 61 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, Florianópolis, 2025.

Inclui referências.

1. Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. 2. PNGATI. 3. Sustentabilidade. 4. Bem Viver. 5. Eko-Etno-Envolvimento. I. Post Darella, Maria Dorothea Peroni , Nivaldo . III. Yxapyry, Kerexu . IV. Universidade Federal de Santa Catarina. Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. V. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de História

Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica

Campus Universitário - Trindade CEP: 88040-900 - Florianópolis - SC

Telefones: (048) 3721-4879 – 3721-2600

licenciaturaindigena@cfh.ufsc.br

Ata da Banca de Defesa de TCC de

Eliziane Antunes

Aos cinco dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e cinco, às 14h, no Centro de Formação Tataendy Rupa – TI Morro dos Cavalos / Palhoça, reuniu-se a Banca Examinadora, composta pelos(as) Professores(as) Prof^a Dr^a Maria Dorothea Post Darella (Orientadora e Presidente), Joenia Wapixana e Prof. Dr. Orivaldo Nunes Júnior, designada pela Portaria nº. 61/2025/HST/CFH, do Senhor Prof. Dr. Waldomiro Lourenço da Silva Júnior, chefe do Departamento de História, a fim de arguirm o Trabalho de Conclusão de Curso do(a) acadêmico(a) Eliziane Antunes, matrícula - 22103210, subordinada ao título: EKO-ETNO-ENVOLVIMENTO: SUSTENTABILIDADE E AUTONOMIA PARA A PROTEÇÃO DO BEM VIVER GUARANI MBYA NA TERRA INDÍGENA MORRO DOS CAVALOS. Aberta a sessão pelo(a) presidente, coube a(o) aluna(o), na forma regimental, expor o tema do seu TCC, findo o que, dentro do tempo regulamentar, foi arguida pelos membros da banca examinadora. Em seguida, deu as explicações que se fizeram necessárias. A seguir a banca examinadora reuniu-se reservadamente para proceder à avaliação final, conforme critérios estabelecidos pelo Regimento do curso, sendo o candidato () Reprovado; (X) **Aprovado Nota 10**. O texto final (TCC) deverá ser entregue na biblioteca no prazo de **90 dias** a contar da presente data, levando em consideração as recomendações da banca examinadora.

Banca Examinadora:



Documento assinado digitalmente

MARIA DOROTHEA POST DARELLA

Data: 27/01/2026 12:16:33-0300

CPF: ***.698.309-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof^a Dr^a Maria Dorothea Post Darella (Orientadora e Presidente) – UFSC



Documento assinado digitalmente

JOENIA BATISTA DE CARVALHO

Data: 30/01/2026 11:41:23-0300

Verifique em <https://validar.ii.gov.br>

Joenia Wapixana



Documento assinado digitalmente

ORIVALDO NUNES JUNIOR

Data: 27/01/2026 13:25:02-0300

CPF: ***.559.529-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Dr. Orivaldo Nunes Júnior

Aluno(a): Eliziane Antunes



Documento assinado digitalmente

ELIZIANE ANTUNES

Data: 30/01/2026 17:37:55-0300

Verifique em <https://validar.ii.gov.br>

Florianópolis 2025

Dedico este trabalho à memória de todos aqueles que passaram e sonharam com este território, deixando a semente da sabedoria para que continuássemos a caminhar.

Em especial, dedico ao meu pai, Adão Karai Tataendy, grande referência e orientador de como viver neste território, cujo sonho permanece como guia de nossa caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Nhanderu Tenonde e Nhandexy Tenonde pelo dom da vida e pela força que me sustenta para ser quem eu sou e por conseguir chegar até aqui com saúde.

Agradeço também a minha família, meus irmãos, sobrinhos e amigos que sempre estiveram junto, me dando esse apoio, e de uma forma especial a meus filhos Nicolas Karai Nhamandu e Eliel Karai Jekupe e a minha mãe Jaxuka Rete, que são as bases da minha caminhada. Essa etapa da minha vida só foi possível graças a vocês que são minha energia, meu fôlego e motivação para seguir em frente.

Eu também quero agradecer ao meu companheiro Alexander Karai Poty que desde o início esteve ao meu lado me apoiando e motivando com muito amor e carinho, sempre me passando segurança e força necessária para continuar. Também quero deixar a minha gratidão a minha irmã Kerexu Yxapyry que me orientou em muitos momentos em roda de chimarrão, lembrando os sonhos da nossa comunidade, e sempre me mostrando qual caminho seguir.

Não poderia deixar de registrar a minha gratidão aos meus professores do curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica (UFSC) e a cada um que passou com muito amor e paciência a sabedoria acadêmica. Minha gratidão especial aos meus orientadores Maria Dorothea, Nivaldo e Kerexu, que foram muito pacientes comigo.

A minha eterna gratidão a minha comunidade da Terra Indígena Morro dos Cavalos, que caminha comigo a cada passo, que acredita em mim, por sempre me motivar e por sempre abraçar as minhas ideias e meus trabalhos, às crianças, mulheres e os mais velhos da minha comunidade. Cada um eu guardo no meu coração com muito carinho.

APRESENTAÇÃO

Eu sou Eliziane Antunes e meu nome verdadeiro é Ara Mirim, que significa tempo sagrado. Nasci no dia 04 de janeiro de 1998, no Oeste Catarinense, na Terra Indígena Xapecó, aldeia Linha Limeira e com dois anos vim para esse lugar onde vivo nos dias de hoje. Sou filha de Adão Karai Tataendy e Ivete Jaxuka Rete. Moro na Terra indígena Morro dos Cavalos, Tekoa Itaty, município de Palhoça, Santa Catarina. Pertencço ao povo Guarani Mbya.

Eu também atuo como liderança do território, sou professora da Escola Indígena de Ensino Básico ITATY. Entre todas essas funções, a mais importante é ser mãe de dois meninos: Nicolás Karai Nhamandu e Eliel Karai Jekupe.

Desde criança fui pesquisadora, sempre gostei de ouvir histórias contadas pelos mais velhos, principalmente as histórias do meu pai, para mim era como assistir um filme e essas histórias me moldaram na mulher que sou hoje. Carrego e zelo muito pelo legado do meu povo que é manter vivo o mborayu (bondade ou amor) e o respeito à toda criação de Nhanderu.

O caminho para o meu trabalho de conclusão de curso foi o de analisar como o Plano de Gestão Territorial Ambiental (PGTA), de 2021, publicado e lançado em 2022, trouxe autonomia para a minha comunidade, pois desde criança carrego dentro de mim o anseio de proteger e guardar aquilo que constantemente é ameaçado por pessoas não indígenas para as quais o bem maior é o dinheiro: a minha cultura e a minha casa - a Mata Atlântica. Quando eu era criança ouvia as histórias contadas pelo meu pai, que falava desse lugar onde vivo, de como esse território é sagrado para meu povo, e de como era lindo, lugar de muita abundância, lugar de grande energia espiritual. Com essas histórias cresci com o anseio de proteger aquilo que restou do meu território e que ainda tentam tirar. Cheguei nesse título porque percebi a importância do Plano de Gestão Territorial e Ambiental e o quanto ele nos permite proteger aquilo que é tão sagrado para nós, Guarani Mbya: nossa Yvyrupa (nosso território de ocupação tradicional). Percebo como é importante para mim fazer parte dessa proteção ambiental que vive em nós desde muito antes da invasão e dela contribuo como mulher, mãe, filha, irmã, liderança territorial.

RESUMO NA LÍNGUA PORTUGUESA

Eko-Etno-Envolvimento: Sustentabilidade e autonomia para a proteção do Bem Viver Guarani Mbya na Terra Indígena Morro dos Cavalos

Este Trabalho de Conclusão de Curso apresenta reflexões sobre o Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) e sua importância para o fortalecimento das comunidades indígenas. A pesquisa tem como foco a Terra Indígena Morro dos Cavalos, destacando como o PGTA tem contribuído para a organização comunitária, o fortalecimento cultural e as práticas sustentáveis em execução no território. O estudo foi desenvolvido a partir da observação direta das transformações ocorridas na comunidade ao longo do tempo, evidenciando que o Morro dos Cavalos se tornou referência para outras aldeias em ações como o plantio, o reflorestamento e o uso consciente dos recursos naturais. Além disso, a pesquisa buscou compreender como as ferramentas políticas, mesmo diante das dificuldades, podem ser utilizadas para proteger e fortalecer os territórios indígenas. Para isso, foram realizadas leituras e reflexões sobre a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) e o conceito de Eko-Etno-Envolvimento, presentes no PGTA do território. O trabalho também incluiu diálogos com lideranças do Morro dos Cavalos e da Aldeia Yy Moroti Whera, em Biguaçu, contribuindo para uma análise coletiva sobre o papel da gestão territorial e ambiental na construção do Bem Viver e da sustentabilidade indígena.

Palavras-chave: PNGATI; PGTA; Sustentabilidade; Território Indígena; Bem Viver; Eko-Etno-Envolvimento.

RESUMO NA LÍNGUA GUARANI MBYA

Eko-Etno-Envolvimento: Sustentabilidade e autonomia para a proteção do Bem Viver Guarani Mbya na Terra Indígena Morro dos Cavalos

Kova'e rembiapo nhembo'e opaa regua ma oexauka nhexa'ã rapyta ko jejapo reko yvy rupa ha'egui mba'e reko regua, mba'epa iporã va'e ogueru Tekoa koa rupi imbara hete haguã. Kuaa reko ma Tekoa Morro dos Cavalos re oma'ẽ, oexauka mba'eixapa (PGTA) oipytyon Tekoa rupi mba'emo ojejapo haguã, imbara hetea nhã ndereko ha'egui mba'eapo rapyta ko nhande yvy rupa re. Ojeikuaa haguã má onhemboypy Tekoa rê onhangarekoa gui, oexauka Tekoa Morro dos Cavalos re amboae Tekoa kuery onhemoirun mba'emo ojejapo haguã, ma'etyn reko, mba'e jeporu ha'evea rupi ogueraa haguã. Ha'egui ha'e va'e reve nhembo'e reko ogueru avi oikuaa pota haguã, mba'eixapa mba'e jejapo uguata ovy, jexavai mbyte py tein ha'e va'e jeporu haguã Tekoa koa rupi. Ha'e haguã má ojejapo nhemboayu ha'egui jeporu nhexa'ã rapyta ko onhangareko va'e nhande yvy rupa re (PNGATI) ha'egui Arandu reko oin va'e (PGTA PY) nhande yvy rupa mbytepy. Kova'e rembiapo py má onhemoi, huvixa'i kuery hayu Morro dos Cavalos pygua ha'egui Tekoa Yy Moronti Whera, Biguaçu py oin va'e, nhopytyõ jupive oguerojapo haguã KO nhande yvy rupa re onhangareko porã kuaa pota ovy haguã Teko porã ha'egui jaiko porã haguã yvy rupa mbytepy.

Ayvu pota: PNGATI; PGTA; Jaiko Porã; Yvy Rupa: Teko Porã; Arandu Reko.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Mapa da Terra Indígena Morro dos Cavalos, 19

Figura 2 Artefato lítico do povo Guarani atualmente em exposição no MARQUE/UFSC: TERRAS E ÁGUAS. Histórias dos territórios Guarani, Kaingang e Laklãnõ-Xokleng ontem, hoje, sempre, 21

Figura 3 Imagem: Guarani da Terra Indígena Morro dos Cavalos (SC) participa de ato no Acampamento Terra Livre, pela homologação do território, em Brasília. 2018, 24

Figura 4 Entrega do registro em cartório da Terra Indígena Morro dos Cavalos pela presidenta da Funai à nossa liderança Kerexu Yxapyry. TI Morro dos Cavalos, 11/01/25, 25

Figura 5 Dia de mobilização no território Morro dos Cavalos contra o PDL 717. 13/06/2025, 27

Figura 6 Lançamento do PGTA Eko Etno Envolvimento na Escola ITATY em 2022, 32

Figura 7 Construção das casas, com a retirada de pinus, 28/06/2020, 35

Figura 8 Entrega à comunidade de mudas nativas e não nativas em 2020, 35

Figura 9 Colocação da placa do projeto de retiradas de pinus, 2022, 37

Figura 10 Plantação de árvores nativas na área de retirada de pinus, 37

Figura 11 Mulheres preparando alimento para cerimônia da consagração do alimento, 38

Figura 12 Lançamento do Plano de Gestão Territorial e Ambiental, na Terra indígena Morro dos Cavalos durante a Semana Cultural de 2022, 39

Figura 13 Monitores fazendo o monitoramento pelo território em 2022, 42

Figura 14 Registro fotográfico de caminhada pelos limites do território 16/04/2024, 43

Figura 15 Construção da Texai Renda (casa de saúde) em 2024, 46

Figura 16 Comemoração da entrega do Registro da Terra Indígena Morro dos Cavalos, 51

Figura 17 Fazendo desenhos dos limites da terra Indígena Morro dos Cavalos, 56

Figura 18 imagem do mapa com levantamentos de área produtiva da terra Indígena morro dos cavalos, outubro de 2025, 56

Figura 19 imagem do mapa com os levantamentos de área produtiva do núcleo Tekoa Yma, outubro de 2025, 57

Figura 20 imagem do mapa com os levantamentos de área produtiva Tekoa itaty, outubro de 2025, 57

Figura 21 imagem do mapa com os levantamentos de área produtiva da tekoa Yakã porã, outubro de 2025, 58

Figura 22 imagem do mapa com os levantamentos de área produtiva da Tekoa Tataendy Rupa, outubro de 2025, 58

Figura 23 expedição nos limites dos territórios Morro dos Cavalos Novembro de 2024, 59

Figura 24 segunda expedição pelos limites dos territórios, 2024, 59

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CMADS	Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
FATMA	Fundação do Meio Ambiente, atualmente Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
LERU	Laboratório de Estudos Rurais (LERU)
MPI	Ministério dos Povos Indígenas
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PDL	Projeto de Decreto Legislativo
PGTA	Plano de Gestão Territorial e Ambiental
PNGATI	Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PL	Proposta de Lei
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

Sumário

INTRODUÇÃO	16
1. HISTÓRICO DO TERRITÓRIO MORRO DOS CAVALOS	19
1.1	23
2. A POLÍTICA NACIONAL DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DE TERRAS INDÍGENAS (PNGATI)	28
2.1.	29
2.2. O PLANO DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL EKO-ETNO ENVOLVIMENTO TERRA INDÍGENA MORRO DOS CAVALOS	32
<u>2.3. METAS QUE ESTÃO SENDO TRABALHADAS PARA APOIAR O NHANDEREKO NO TERRITÓRIO.</u>	<u>42</u>
• <u>Segurança e Proteção Territorial</u>	<u>42</u>
• <u>Comunicação</u>	<u>43</u>
• <u>Produção sustentável</u>	<u>44</u>
• <u>Saúde</u>	<u>45</u>
• <u>Gestão ambiental</u>	<u>47</u>
• <u>Educação</u>	<u>47</u>
2.4. <u>Os desafios em implementar PGTAs nos territórios não demarcados</u>	<u>48</u>
<u>CONCLUSÃO</u>	<u>49</u>
<u>REFERÊNCIAS</u>	<u>53</u>
<u>LISTA DE ENTREVISTADOS</u>	<u>54</u>
<u>GLOSSÁRIO</u>	<u>55</u>
<u>ANEXOS</u>	<u>60</u>

INTRODUÇÃO

A relação dos povos indígenas com seus territórios vai além de algo material, de se ter posse sobre a terra, pois traz e envolve a espiritualidade, culturas, respeito e a proteção da biodiversidade de cada bioma onde habitam. No caso do meu povo Guarani Mbya da Terra Indígena Morro dos Cavalos, a luta pela proteção do território é uma luta pelo direito de viver e dar continuidade a nhande reko (nosso modo de vida) que, para nós Guarani, é essencial para viver nesse mundo: nosso modo de ser guarani, nosso jeito de ver o mundo com amor e bondade, praticar nossos costumes, nossa espiritualidade, nosso modo de pensar.

Nesse contexto, o Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA)¹ surge como uma ferramenta fundamental para garantir a proteção do território, a valorização da cultura e a construção de estratégias sustentáveis que se articulem com os saberes tradicionais na preservação ambiental, que contribui para a comunidade e até mesmo para aqueles que muitas vezes são contra a terra indígena, pois os benefícios que são resultado do nosso nhande reko se estendem para além das fronteiras do nosso território.

Uma reflexão sobre o teko porã (bem viver) para nós Guarani Mbya é o equilíbrio entre humanos e toda a criação de Nhanderu, isso é central para compreender a resistência e a resiliência do povo Guarani Mbya. Este conceito, que vai além de uma visão econômica ou ambiental, orienta práticas cotidianas de cuidado, proteção à vida, reciprocidade e espiritualidade que dialogam com os princípios do povo Guarani, mas também os superam, ao trazer um modo de pensar em todo o ciclo de vida e o respeito a cada uma ser criado por Nhanderu. Para nós isso é sustentabilidade e toda essa construção foi com mulheres à frente, se colocando nesse espaço de cura do território, plantando e cuidando de cada lugar, gerando a sustentabilidade. Em toda essa construção e projetos pensamos no futuro e na comunicação, e na maioria das vezes foram as mulheres que estiveram à frente. É nesse horizonte que se desenvolve o meu Trabalho de Conclusão de Curso: *Eko-etno-envolvimento: Sustentabilidade e autonomia para a proteção do Bem Viver Guarani Mbya na Terra Indígena Morro dos Cavalos*, que traz o horizonte político e espiritual da luta Guarani Mbya. EKO ETNO ENVOLVIMENTO traz o significado profundo de vida, povo e envolvimento.

Para compreender a vida e o povo, é preciso se envolver.
EKO significa vida.

ETNO significa povo.

E o envolvimento é tudo aquilo que faz a vida acontecer: é afeto, é cuidado, é proteção.

Tudo o que se envolve, floresce, cria laços e gera mais vida. E isso representa não apenas a defesa de um território físico, mas a afirmação de um modo de vida integral, baseado no Bem Viver e na continuidade da Yvyrupa (Território). Assim, neste trabalho busco analisar o PGTA do meu território Morro dos Cavalos à luz dos princípios à proteção, ao bem viver e ao fortalecimento do território entre um cenário, onde a ocultação de provas, praticada de diversas maneiras, busca apagar evidências que revelam a verdadeira história do meu povo. Esse processo de silenciamento contribui diretamente para a negação de direitos e para as múltiplas formas de violência que meu povo continua a sofrer.

Diante disso, analiso como o plano de gestão territorial e ambiental foi essencial para a organização e uma arma de luta para a garantia dos direitos do meu povo Guarani Mbya da Terra Indígena Morro dos Cavalos.

Durante minhas conversas, tive a oportunidade de dialogar com xeramõi e xejaryi (avôs e avós) e com diversas lideranças da minha comunidade: Kerexu Yxapyry, Kennedy Ferreira Gomes, Elizandro Karai Antunes, Wesley Jekupe e Alexander Oliveira de Souza Karai, bem como Celita Antunes, a liderança da aldeia de Biguaçu Yynn Moroti Whera. Cada uma dessas pessoas contribuiu de forma profunda para que eu me envolvesse cada vez mais com o tema do meu trabalho, que é o PGTA.

No entanto, mais do que compreender o PGTA enquanto política pública, essas conversas me ajudaram a entender o que significa o Bem Viver para o povo Guarani e o que é necessário para fortalecer e construir um nhande reko cada vez mais pleno. Percebi que estudar o PGTA exige, antes de tudo, escutar, aprender e sentir os modos de ser, viver e resistir do nosso povo.

No primeiro capítulo apresentarei o histórico de luta e resistência que marca a presença do povo Guarani na região, reafirmando a ocupação tradicional e contínua deste território. Também destacarei as várias tentativas, ao longo dos anos, de pessoas e agentes políticos contrários à demarcação na tentativa de retirar o direito

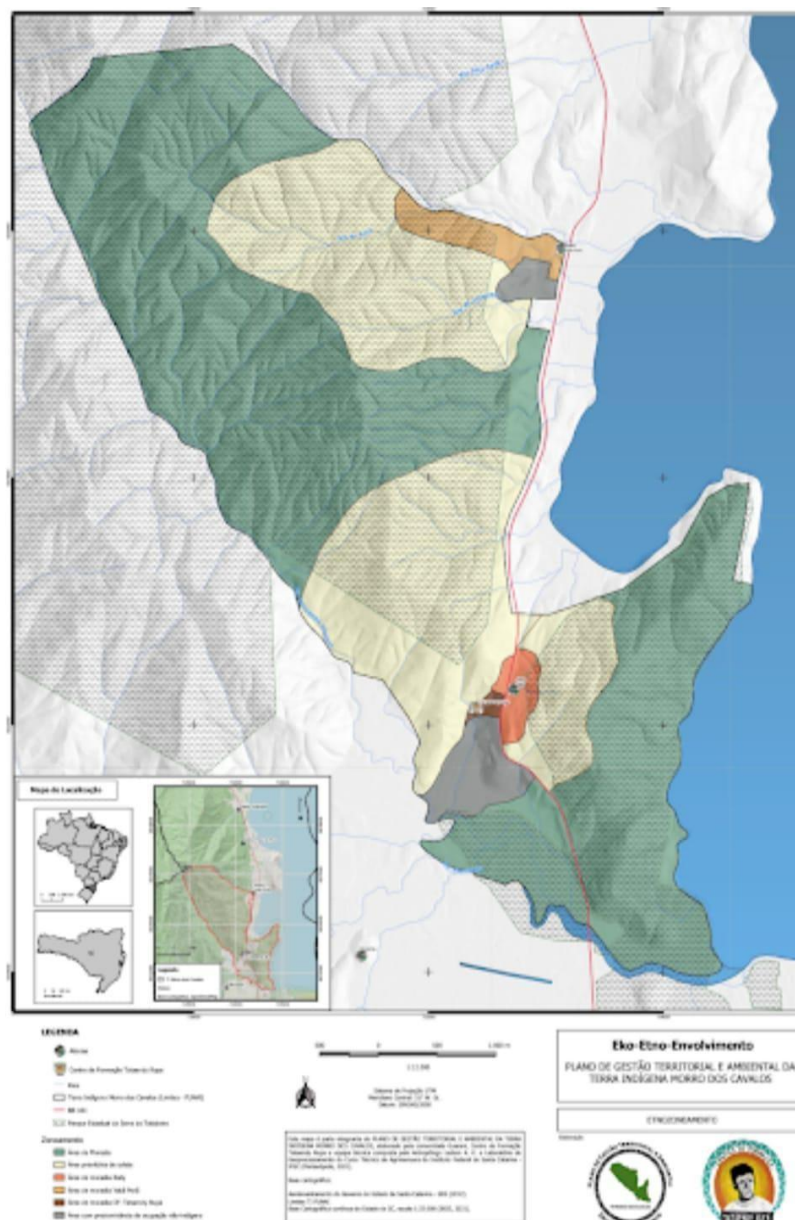
da comunidade de viver de forma plena e tranquila, evidenciando os desafios enfrentados e a persistência na defesa do território.

No segundo capítulo abordarei o plano de gestão territorial (PGTA), destacando sua importância como instrumento fundamental para o manejo sustentável e autônomo dos territórios indígenas. Para contextualizar sua elaboração e objetivo, iniciarei falando sobre a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)², que constitui a base normativa conceitual que orienta a criação dos PGTA's em todo o país.

1. HISTÓRICO DO TERRITÓRIO MORRO DOS CAVALOS

A Terra Indígena Morro dos Cavalos está localizada no município de Palhoça, em Santa Catarina, inserida no bioma Mata Atlântica, em área de Floresta Ombrófila Densa. O território possui 1.982 hectares e é tradicionalmente ocupado pelo povo Guarani Mbya. Dentro da Terra Indígena existem quatro aldeias: Yaka Porã, Tataendy Rupa, Itaty e Tekoa Yma. Esse lugar é considerado um centro de comunicação espiritual. Antigamente sua extensão era muito maior, mas com a chegada dos não indígenas, houve a delimitação imposta ao território.

Figura 1 Mapa da Terra Indígena Morro dos Cavalos.



Fonte: Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Morro dos Cavalos

Mesmo assim, todas as regiões de praias e matas continuam sendo reconhecidas como espaços de grande energia espiritual, pois era nelas que muitos de nossos antepassados se preparavam para serem conduzidos a Yvy Marae'y, a Terra Sem Males, lugar no qual para nós Guarani Mbya não existe maldade, lugar para onde vai aquele que cumpriu seu propósito aqui na Terra, que é praticar o mborayu (bondade e amor). O local é também lembrado como espaço dos Apyka¹, que transportavam aqueles já preparados para essa passagem sagrada.

No passado, Maciambu² e Morro dos Cavalos formavam uma única grande aldeia. Embora o caminho que cruza o território remonte às décadas de 1950 e 1960, e até mesmo a períodos anteriores, foi a partir da construção da BR 101, na década de 1970, que se faz sentir a divisão desse território ancestral.³ Há diversos relatos e registros que comprovam a presença e a ocupação tradicional do povo Guarani nesta região. Documentos oficiais, como os relatórios da Eletrosul e da BR 101 das décadas de 1950 e 1960, já historiavam a presença Guarani nesse território.

Pesquisas arqueológicas realizadas pela equipe da UFSC em 1987⁴ comprovaram a presença guarani na região de Maciambu, complementando registros anteriores sobre ocupações tradicionais no território. De fato, diferentes estudos apontam de maneira consistente a presença indígena Guarani Mbya na área, como evidencia o Relatório sobre o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, elaborado pela UFSC e FATMA em 1976⁵.

Nesse relatório são descritos diversos sítios arqueológicos localizados no município de Palhoça, entre eles:

- ❖ Sítio Pinheira – Proprietário: Sabino Joaquim da Silveira.
- ❖ Descrição: manchas escuras no solo.
- ❖ Material arqueológico: fragmentos cerâmicos associados à ocupação guarani.

¹ Uma crença guarani mbya: quando a pessoa estava preparada para ser levada para a terra sem males, acredita-se que um tipo de nave chamada apyka viria pelo mar para a realização dessa travessia.

² A denominação da região é utilizada tanto como Maciambu, como utilizada neste TCC, quanto Massiambu.

³ Conforme dados de uma entrevista de seu Alcindo Whera Tupã, encontrada no relatório cronologia da luta pela demarcação da Terra Indígena Morro dos Cavalos Fatos relevantes <https://acordaterra.wordpress.com/2013/03/25/cronologia-da-luta-pela-demarcacao-da-terra-indigenamorro-dos-cavalos-fatos-relevantes/> Data de acesso: 12/11/2025.

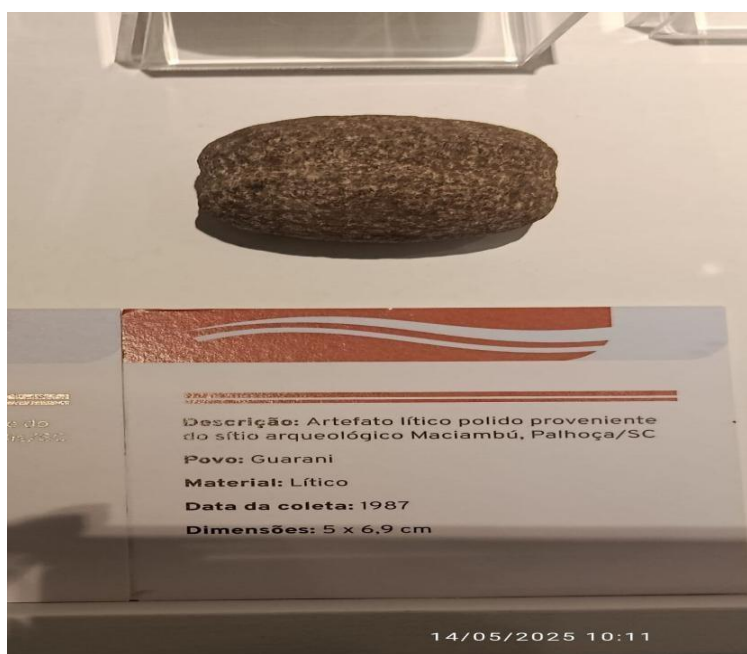
⁴ Acervo de artefatos líticos do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFSC, MArquE virtual: <https://museu.ufsc.br/marque-virtual/3-populacoes-guarani/acervo-4-artefatos-liticos/> Acesso em 26/11/25. Consta de Referências como FOSSARI, Teresa Domitila (coord.), 1987. ⁵ Consta de Referências como UFSC/FATMA, 1976.

❖ Outro sítio na região da Pinheira

Descrição: sambaqui. Material arqueológico: artefatos líticos, conchas e material ósseo humano, característicos de antigos grupos litorâneos.

Além disso, o relatório também registra vestígios arqueológicos na localidade do Horto Florestal Brasilpinho, na região de Maciambu, município de Palhoça, descrição do sítio: casa subterrânea montículos.

Figura 2. Artefato lítico do povo Guarani encontrado no sítio arqueológico Maciambu. Atualmente está na exposição no MARque/UFSC: TERRAS E ÁGUAS. Histórias dos territórios Guarani, Kaingang e Laklãnõ-Xokleng ontem, hoje, sempre.



Fonte: Imagem de autoria própria, 2025

Conforme estudos arqueológicos, esse artefato lítico era utilizado como peso de rede na atividade de pesca. No entanto, de acordo com o conhecimento tradicional transmitido pelos mais velhos, ele também era empregado na confecção de armadilhas de caça.

Esses estudos, somados às pesquisas posteriores, constituem evidências sólidas da presença guarani na região de Maciambu, que antes era uma aldeia só com o Morro dos Cavalos, anterior à formação dos limites municipais atuais. Além disso, obras literárias como *A Saga de Aleixo Garcia*, da escritora Rosana Bond, cuja primeira edição foi publicada em 1998 e posteriormente ampliada em 2004, 2014 e, mais recentemente, em 2025, com uma edição completa, destacam a importância histórica

e cultural desta região. No livro, Bond ressalta que a área do Maciambu e do Morro dos Cavalos foi um território de trânsito e acolhimento, integrando o antigo caminho que levava aos Andes, conhecido hoje como Caminho de Peabiru. (BOND 1998)

A narrativa estabelece uma conexão entre a presença ancestral do povo Guarani no Morro dos Cavalos e no Maciambu e o acolhimento dado a Aleixo Garcia, explorando o uso desse espaço costeiro como parte de um trajeto muito mais amplo de mobilidade indígena. Esse percurso alcança a chamada “descoberta” dos Andes por Aleixo Garcia, guiado pelos Guarani. A obra também reforça que os povos Guarani habitavam essa região muito antes da invasão dos não indígenas, reafirmando sua profunda relação com o território e sua história.

Esses relatos reforçam e legitimam a presença histórica do povo Guarani, que hoje muitos ainda tentam negar, falando que viemos do Paraguai, mas muito antes da chegada dos invasores não tinha essas divisões de países Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, que agrupavam todo território de ocupação tradicional Guarani, nossa Yvyrupa, onde se fazia muito o guata porã, o belo caminhar.

Trago um trecho do livro *Guata Porã*, no qual se encontra o relato do xeramõi Karai Jekupe, da Tekoa Yvy Yvate, São Francisco do Sul/SC:

"Eu vou contar aquilo que os xeramõi (avós, mais velhos, conhecedores) já contaram também. Se eu falar por mim mesmo, será da mesma forma que os xeramõi falaram, porque eu soube deles. Nós falamos realmente que nós viemos do Paraguai, mas onde Nhanderu gerou o índio guarani? Quando Nhanderu o colocou, ele não denominou aquele local, onde ele gerou o Guarani, não chamou de nada. [...] Por isso, não podemos falar que viemos do Paraguai ou coisa parecida, não tem nome o local onde nos originou. Nós sabemos que eles, os xeramõi mais antigos, sempre falam que nós viemos do Yvy Mbyte, que é o centro do mundo, é isso que eles explicam. Ele nos colocou justamente no centro do mundo para ficarmos afastados da beira do mar, como um desafio, para ficarmos longe e termos que caminhar para chegar à beira do mar. É isso que tentamos explicar para os jurua (não indígena) e para os órgãos governamentais, quando nos reunimos com eles. E nós contamos aquilo que sabemos, pelos nhaneramõi, que são os mais velhos, os que têm sabedoria. Os jurua, na visão deles, nos misturaram muito com os outros povos, mas, ao mesmo tempo, nos dividiram. Com a divisão do território eles nos dividiram, daí eles falam que viemos de outro país. Por isso há hoje uma grande confusão, separaram todos nós, mas havia vários grandes xeramõi que realmente faziam caminhadas sagradas e vieram parar para o lado de cá. Nós já viemos com essa função de caminhar para tentarmos alcançar terra sem males, além do mar." (LADEIRA et al. 2015, p. 19).

Esse texto traz com muita força a questão do Guata Porã, o caminhar sagrado do povo Guarani. Antigamente, o povo Guarani não conhecia as fronteiras impostas pelos não

indígenas, esses limites que hoje dividem nossos territórios e pelo que tentam, muitas vezes, deslegitimar nossa existência.

O Morro dos Cavalos sempre foi um território ancestral e sagrado, um espaço de passagem e conexão espiritual. O povo Guarani sempre esteve presente em toda essa imensa dimensão territorial que hoje chamam de Argentina, Paraguai, Brasil, Uruguai e Bolívia. As fronteiras foram criadas depois, mas o território Guarani, a Yvyrupa, sempre foi grande e sem fronteiras.

O Guata Porã é essa caminhada em busca do lugar sagrado, da Terra sem Males, um movimento que sempre seguiu pelas regiões litorâneas e isso só reafirma que esse território é território guarani.

1.1 ENTRE AVANÇOS E ATAQUES: A TRAJETÓRIA DA DEMARCAÇÃO DA TERRA INDÍGENA MORRO DOS CAVALOS

Brevemente apresentarei uma linha do tempo que evidencia os principais marcos do processo de demarcação da Terra Indígena. Esse panorama demonstra que o processo se encontra praticamente concluído, restando apenas a etapa de desintrusão. Processo longo e marcado por intensas lutas e resistência histórica.

CRONOLOGIA

2001 - Início do processo de demarcação, com a criação do grupo de trabalho de identificação e delimitação pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas - Funai.
2002 - Publicação do relatório antropológico e estudos técnicos, comprovando a ocupação tradicional guarani.
2008 - Emissão da Portaria Declaratória número 771, pelo Ministério da
Justiça, declarando oficialmente a Terra Indígena Morro dos Cavalos. ⁵
2010 - Realização da demarcação física do território pela Funai.

⁵ Portaria declaratória da Terra Indígena Morro dos Cavalos: [Portaria MJ nº 771 de 18/04/2008](#)
data de acesso 12/11/2025

2024 - Assinatura do decreto de homologação da Terra Indígena pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

2025 - Entrega do registro oficial - cartório de Palhoça, garantindo a posse definitiva da Terra Indígena Morro dos Cavalos para o povo Guarani.

O Morro dos Cavalos é um território que há muito tempo vive sob constante ameaça. Nosso povo tem lutado incansavelmente para garantir que essa terra ancestral seja plenamente reconhecida como território tradicional do povo Guarani Mbya. São 24 anos de luta desde o início dos estudos de identificação e delimitação, uma trajetória marcada por resistência, coragem e esperança, mas também por inúmeras tentativas externas de negar nossa existência.

Figura 3 Imagem: Guarani da Terra Indígena Morro dos Cavalos (SC) participa de ato no Acampamento Terra Livre pela homologação do território, em Brasília. Ano 2018.



Fonte: Isadora Favero/ISA.

Ao longo desse processo, muitos esforços externos foram feitos para deslegitimar nossos direitos e derrubar a demarcação, que reconhece a Terra Indígena Morro dos Cavalos. Um dos exemplos dessa ofensiva é a Ação Civil Originária nº 2323, movida pelo Estado de Santa Catarina, e que tramita no Supremo Tribunal Federal

desde janeiro de 2014. Essa ação busca anular a Portaria Declaratória nº 771/2008 e, com isso, apagar o reconhecimento de um direito histórico, constitucional e sagrado.

Trata-se de mais uma entre tantas iniciativas de políticos e setores da sociedade que não aceitam a presença do povo Guarani Mbya em seu próprio território. Mas, apesar de todas as tentativas de apagamento, seguimos firmes, defendendo nossa terra, nossa cultura e o nosso modo de viver, o Teko Porã, o bem viver Guarani.

A homologação do território foi assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva que, durante seu governo, colocou a Terra Indígena Morro dos Cavalos como prioridade para a finalização do processo demarcatório. O registro oficial cartorial foi entregue no dia 11 de janeiro de 2025, em uma grande celebração na qual estiveram presentes várias autoridades indígenas de Brasília, como a Ministra dos Povos Indígenas (MPI) Sônia Guajajara, o Secretário Executivo, também do MPI Eloy Terena representante da Secretaria de Saúde Indígena Weibe Tapeba, a presidenta da Funai Joenia Wapichana, bem como lideranças da região e antropólogos que fizeram os estudos. O registro foi entregue pela presidenta da Funai, Joenia Wapichana, que fez uma surpresa para a comunidade, tornando a celebração ainda mais especial: entregou o registro em cartório de Palhoça da Terra Indígena Morro dos Cavalos registrada no dia 6 de janeiro de 2025 (ANEXO B).

Figura 4 Entrega do registro em cartório da Terra Indígena Morro dos Cavalos pela presidenta da Funai a nossa liderança Kerexu Yxapyry. TI Morro dos Cavalos, 11/01/25.



No entanto, mesmo após todo o rito legal e administrativo, políticos de Santa Catarina continuam tentando derrubar o reconhecimento do território. Um exemplo recente é o Projeto de Decreto Legislativo (PDL 717/2024), de autoria do senador catarinense Esperidião Amin, do Partido Progressistas (PP), que busca anular os decretos de homologação tanto da Terra Indígena Morro dos Cavalos, quanto da Terra Indígena Toldo Imbu⁶, de indígenas Kaingang, situada no oeste de Santa Catarina. Ambas foram homologadas no dia 04 de dezembro de 2024. Esse projeto também revoga o artigo 2 do decreto número 1775/1996, que regulamenta os procedimentos administrativos de demarcação de terras indígenas. A proposta foi aprovada no Senado e segue para a Câmara dos Deputados. A comunidade continua unida, organizada e fortalecida, vivendo e atuando em defesa do território. Seguimos desenvolvendo projetos que reforçam nossa autonomia, valorizam nossa cultura e promovem o nosso Bem Viver.

Palhoça é um município que tem vereador que tenta a todo momento atacar a comunidade com *fake news* sobre a Terra Indígena e influenciando moradores locais a se posicionarem contra o nosso território. Em audiências públicas, muitas vezes convoca moradores e permite que discursos racistas prosperem, referindo-se a nós de forma ofensiva, como “índios do Paraguai” ou “índios preguiçosos”. Também distorcem os fatos ao afirmar que sofrem “pressão psicológica”, quando, na verdade, nós, enquanto comunidade, buscamos apenas que tudo seja resolvido de forma pacífica e justa, garantindo os direitos de todos.

Como lideranças, deixamos claro em nossas falas que defendemos também os direitos das pessoas que hoje ocupam a área demarcada, para que recebam suas indenizações, conforme determina a lei. Nosso objetivo é que o processo avance com respeito, verdade e justiça para todos os envolvidos.

⁶ Para saber mais sobre a Terra Indígena Toldo Imbu: [Terra Indígena Toldo Imbu | Terras Indígenas no Brasil](#) data de acesso 12/11/2025.

Figura 5 Dia de mobilização no território Morro dos Cavalos contra o PDL 717. 13/06/2025.



Fonte: Gabriel Pereira.

No próximo capítulo abordarei o plano de gestão territorial e ambiental, destacando sua importância como instrumento fundamental para o manejo sustentável e autônomo dos territórios indígenas. Para contextualizar sua elaboração e objetivo, iniciarei falando sobre a PNGATI, que constitui a base normativa conceitual que orienta a elaboração dos PGTA's em todo o país.

2. A POLÍTICA NACIONAL DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DE TERRAS INDÍGENAS (PNGATI)

Publicado no dia 6 junho de 2012 no Diário Oficial, o decreto nº 7747/2012 traz o direito à proteção territorial e ambiental das terras indígenas, fortalecendo a autonomia e protegendo os recursos naturais de cada terra indígena, por meio de projetos para sustentabilidade de cada comunidade, além de proteger os avanços de construções invasivas dentro dos territórios.

Anos depois, em 2021, a então deputada Joenia Wapichana, que atualmente é presidenta da Funai, deu início ao projeto de lei PL 4347/2021, que visa transformar a PNGATI em política de Estado. Joenia argumenta que um decreto não tem a mesma força de lei, facilitando uma possível revogação. Nesse sentido a deputada traz a proposta de lei, para proteger e assegurar os direitos dos povos originários e de salvaguardá-los de políticos que a todo o momento ameaçam esses direitos já garantidos.

A PNGATI introduz o Plano de Gestão Territorial e Ambiental, que fortalece a proteção do território. Essa proteção, por sua vez, possibilita o fortalecimento da cultura, da autonomia e da organização das comunidades. O PGTA também contribui para a preservação do ecossistema, na melhoria da qualidade de vida dos povos originários, e reforça as diretrizes da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que destaca a importância da consulta livre, prévia, informada e de boa fé sempre que alguma obra ou ação política possa afetar a comunidade. Esse direito assegura que as decisões que impactam esses povos sejam tomadas com sua participação efetiva e respeitando sua autonomia. Dentre as diretrizes da convenção destaca-se a garantia ao direito dos povos indígenas à consulta das decisões que afetem diretamente as comunidades.

No Território Indígena Morro dos Cavalos está sendo desenvolvido o Protocolo de Consulta da Terra Indígena Morro dos Cavalos, com o objetivo de fortalecer a autonomia do povo Guarani Mbya e proteger o território das pressões externas, especialmente das especulações imobiliárias. Essa iniciativa é uma forma de reafirmar que qualquer projeto ou empreendimento que envolva o território deve respeitar o direito à consulta livre, prévia e informada e a decisão coletiva da comunidade, conforme a Convenção 169 da OIT.

O PL 4347/2021, acima mencionado, que constitui avanços significativos para a população indígena, foi aprovado em comissões da Câmara dos Deputados, como a de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) e a da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais. É importante ressaltar o protagonismo feminino que está sempre dialogando para garantir políticas públicas nos territórios.

2.1. PLANOS DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL (PGTA)

O PGTA é um documento muito importante e necessário para as comunidades indígenas, pois sabemos que nesse mundo ocidental dos jurua (não indígenas), tudo precisa estar em documentos para garantir, ao menos em parte, a proteção dos territórios e dos modos de vida de cada povo. O PGTA tem essa função de fortalecer o território e trazer uma autonomia para fazer a gestão dos territórios dos povos indígenas, conforme seus modos de ser, fortalecendo tanto os usos sustentáveis, a proteção do território e a biodiversidade de atividades legais, quanto a cultura e a identidade, também ajudando a gerenciar conflitos.

No entanto, a implementação dos PGTA's ainda é muito limitada nas comunidades indígenas Guarani Mbya, pois poucas pessoas conhecem a importância e a finalidade desse instrumento, o que torna essencial ampliar o acesso à informação e fortalecer o entendimento de sua relevância para a autonomia e a sustentabilidade dos territórios. Isso também traz a importância de haver PGTA's em territórios não demarcados, pois garante a sua gestão, permitindo que as comunidades indígenas tenham voz em suas organizações e uso do seu território, mesmo não sendo oficialmente reconhecidas. O PGTA protege e ajuda na preservação dos recursos naturais, essenciais para a sobrevivência da comunidade. Promove o desenvolvimento sustentável, permite que a comunidade indígena planeje seu futuro e seus sonhos, levando em consideração seu modo de vida e suas necessidades para a garantia do bem viver das futuras gerações.

Durante minha pesquisa tive o privilégio de conhecer o PGTA da Terra Indígena Guarani Yynn Morotchi Whera, de 2023. Esta terra indígena está localizada no município de Biguaçu, em Santa Catarina, às margens da BR-101, Km 190. O significado dessa nomeação em português é Reflexo das Águas Cristalinas. Seu PGTA ainda não foi lançado, mas do pouco que conheci, traz uma grande força à comunidade. Este documento foi elaborado com o apoio de parcerias importantes,

como a ONG Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO) e o Laboratório de Estudos Rurais (LERU) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Durante minha leitura e visitas aos territórios, mais uma vez ficou evidente a centralidade do Bem Viver, um conceito presente nos PGTA's aos quais tive acesso. O Bem Viver é entendido pelos povos indígenas como o direito de viver plenamente, em seus territórios, conforme seus modos de vida tradicionais. A luta pelo reconhecimento de seus direitos é, essencialmente, a luta por esse Bem Viver.

Durante uma visita ao território Yynn Morotchi Whera⁷, a liderança Cacica Celita Antunes destacou:

“Antes de tudo, para que haja Bem Viver, é preciso ter saúde. Não se pode viver bem sem saúde e tudo o que é feito na comunidade está voltado para isso: o plantio, as medicinas tradicionais, a casa de reza, o próprio território. Tudo está diretamente ligado à nossa cura, à nossa saúde. Hoje, a Terra Indígena Mbiguaçu possui apenas 49 hectares e a comunidade está em constante luta pela ampliação do território. Embora o caminho seja difícil, seguimos firmes, buscando fortalecer nossa saúde, nossa cura, e nossa forma de viver bem.”

E é isso que buscamos: viver bem diante de tanta negação de direito, sempre fortalecendo nossas crianças, nossos jovens e nossos anciões, para que nosso território seja sempre nosso lugar de acolhimento. Queremos viver bem.

A título de colaboração, recebi também o PGTA intitulado *Ga tô jykre kãmen ge, emã ty Inhacorá ke*, da Terra Indígena Inhacorá, finalizado em 2022.⁸ A TI Inhacorá está situada no município São Valério do Sul/RS, onde vivem parentes Kaingang, também colegas no curso de graduação. Esse PGTA expõe fatores essenciais ao bem viver daquela comunidade.

Os dois planos de gestão territorial e ambiental expressam os sonhos, as visões e os modos de vida que cada povo indígena deseja fortalecer em sua comunidade. De um lado, o jykre representa o modo de ser e pensar kaingang, orientado pelo fortalecimento do futuro sem esquecer os troncos velhos, ou seja, os anciões e seus saberes tradicionais, que continuam transmitindo ensinamentos

⁷ Visita realizada em 30 de maio de 2025.

⁸ COMUNIDADE KAINGANG DA TERRA INDÍGENA INHACORÁ ET AL., 2022.

fundamentais às novas gerações. De outro lado, o nhande reko traduz o modo de vida guarani e os princípios do respeito a todas as formas de existência, reforçando a importância do envolvimento com a cultura guarani e a harmonia com todos os seres que compõem a terra. Cada PGTA tem como objetivo o fortalecimento cultural e o entendimento mais profundo sobre o modo de viver guarani e o modo de pensar kaingang. Além disso, esses PGTA também reafirmam a necessidade de os territórios indígenas serem respeitados e consultados, conforme estabelece a Convenção 169 da OIT, garantindo o direito à consulta prévia, livre e informada sobre quaisquer ações que possam afetar seus modos de vida.

Em meu entendimento, os PGTA se constituem como instrumento de afirmação do Bem Viver, unindo tradição e inovação, sabedoria ancestral e perspectivas de futuro, reafirmando os povos indígenas como verdadeiros guardiões da floresta e de vida em todas as suas dimensões.

É importante lembrar que o Decreto 7.747/2012 está em discussão para se tornar lei. Esse decreto é fundamental porque garante condições mínimas para que as comunidades indígenas possam reconstruir aquilo que lhes foi negado desde a chegada dos não indígenas: o direito de viver bem.

2.2. O PLANO DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL EKO-ETNO ENVOLVIMENTO TERRA INDÍGENA MORRO DOS CAVALOS

Figura 6. Lançamento do PGTA Eko Etno Envolvimento na Escola ITATY em 2022



Fonte: Wesley Jekupe

O plano de gestão territorial e ambiental eko-etno-envolvimento é muito especial para nossa comunidade, pois carrega e espelha os nossos sonhos e nossos projetos de vida.

Desde muito tempo, muito antes da invasão, nós, povo Guarani Mbya, já tínhamos nossa própria forma de organização, nosso modo de pensar e de viver dentro das comunidades. Com a chegada dos não indígenas, muito disso enfraqueceu.

Costumo dizer que o Plano de Gestão Territorial e Ambiental apenas reafirma e fortalece aquilo que sempre foi do povo Guarani Mbya, a nossa organização. O povo Guarani sempre foi muito organizado, cada coisa tem seu tempo, suas direções e seu jeito de ser feito na comunidade, sempre com respeito e com a permissão dos guardiões. Em nossa organização, há aqueles que cultivam a terra, caçam, trabalham com as ervas medicinais, conduzem as rezas e cuidam da proteção do território. Cada um cumpria sua função, pois nada era feito de qualquer jeito. Todas essas funções têm grande importância para a organização da comunidade. Assim, o nosso PGTA vem apenas reafirmar essa sabedoria ancestral, trazendo de volta a força da nossa forma tradicional de viver e cuidar da nossa Tekoa.

O PGTA da Terra Indígena Morro dos Cavalos já era pensado e discutido na organização da comunidade, mas ganhou maior força em 2017, em meio a um contexto de profunda violência contra a comunidade Guarani Mbya. Nesse período ocorreu um ataque muito violento e brutal à liderança feminina da aldeia, minha mãe, que foi agredida e torturada dentro da própria casa, sofrendo diversos ferimentos pelo corpo e teve a mão esquerda decepada. Quase perdeu sua vida, criando um marco de muita dor e terror dentro do território.

Esse episódio evidenciou a urgência de fortalecer as estratégias de proteção do território e de garantir a segurança e o bem estar das pessoas que aqui vivem. Nossa terra indígena sempre foi alvo de perseguições e tentativas de deslegitimação dos direitos e da existência do povo Guarani.

O ataque de 02 de novembro de 2017 representou um marco de resistência e organização comunitária. Diante de tanta violência e sem apoio institucional suficiente para solucionar o problema, a comunidade buscou forças na ancestralidade e na coletividade para reafirmar sua presença no território, em união com as lideranças espirituais, políticas, amigos e apoiadores da causa, que de forma muito solidária juntaram-se com a comunidade e acompanharam as vigílias feitas nos finais de semana e feriados, quando os ataques aconteciam.

Nessas madrugadas de muitas rezas e conversas sobre a proteção do território iniciamos o processo da escrita e elaboração do plano de gestão territorial e ambiental, uma forma de estruturar um instrumento fundamental de cuidados à segurança e sustentabilidade, voltado à proteção e o bem viver da nossa comunidade.

O nosso PGTA EKO-ETNO-ENVOLVIMENTO nasce não apenas como ferramenta técnica de planejamento, mas como uma resposta viva a todas as violências enfrentadas pela comunidade ao longo de séculos e milênios, reafirmando autonomia, espiritualidade e o direito do povo Guarani Mbya à Terra Indígena Morro dos Cavalos, ao direito de viver conforme seus modos próprios de ser e existir, garantindo os artigos 231 e 232 da Constituição Federal de 1988.

No tempo de elaboração do PGTA aprendemos uns com os outros, guiados pelo espírito da coletividade e pelo ensinamento dos mais velhos. Compreendemos que nossa força está no modo de nos organizarmos juntos. Mesmo sendo diferentes, todos somos donos e ninguém pode se colocar acima das decisões do coletivo.

Percebemos que os pequenos conflitos internos que apareciam nasciam de pensamentos e interesses individuais que não caminhavam junto com o bem de todos, nem com a harmonia que buscamos para nosso povo e para nosso território. Assim, em reunião na comunidade decidimos fazer um plano de vida para cada família. Foi um período muito prazeroso de poder conversar com cada um e fazer desenhos dos sonhos desde os Xeramoí até as criancinhas. Todos se envolviam nessa construção.

A comunidade esperançou e começou a enxergar e a construir o futuro.

Ouvir todas as pessoas da comunidade facilitou a escrita, mas principalmente a organização das lideranças, entendendo e atendendo as demandas das famílias de forma coletiva.

A partir desse momento os caciques e lideranças tiveram a firmeza de lutar e se impor diante de todas as negativas dos direitos que nosso povo por muito tempo enfrentou. Toda essa organização se deu no tempo de pandemia do coronavírus, pois mesmo com o PGTA ainda em construção, a comunidade começava a execução de alguns projetos, como a retirada de *Pinus elliottii*, o reflorestamento de espécies nativas e a retomada das roças tradicionais. Para melhor entendimento das áreas de plantio/produção na Terra Indígena Morro dos Cavalos, ver as figuras 18 a 22 (mapas), em Anexos.

Também foram feitas casas para a comunidade, justamente um dos primeiros sonhos: o de ter uma casa e poder plantar, sonhos que não eram difíceis de realizar.

Foram construídas 15 casas e na entrega de cada casa se somavam as ferramentas, as plantas que cada um queria plantar. Assim eram feitas as entregas das casas.

Figura 7 Construção das casas, com a retirada dos pinus, 28/06/2020



FONTE Kerexu Yxapyry

Figura 8. Entrega de mudas nativas e não nativas para comunidade, 2020



FONTE Kerexu Yxapyry

Iniciamos com o projeto do Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD), com recursos que se conectam às proposições do PGTA, especialmente na formação dos nossos jovens ambientalistas, os monitores da comunidade. Eles aprenderam a cuidar da terra e estavam à frente do reflorestamento das áreas nas quais os Pinus foram retirados. Ajudaram no plantio das sementes e

construíram o viveiro da aldeia. Todo esse trabalho era feito em conjunto, em mutirões organizados pelos próprios ambientalistas, mostrando como o cuidado com o território é um esforço coletivo e cheio de significado para a comunidade. A comunidade conseguiu recuperar uma grande área com plantas e árvores nativas da Mata Atlântica, tudo pensado para a recuperação do solo e das nascentes existentes no território.

Figura 9 Colocação da placa do projeto de retiradas de pinus, 2022.



Fonte Wesley Jekupe,

Figura 10 Plantação de árvores nativas na área de retirada de pinus.



Fonte Wesley Jekupe.

Desde então, buscamos fortalecer a autonomia da nossa comunidade e o direito de viver conforme nossos valores. Para nós, povo Guarani Mbya, não é permitido matar, tirar a vida ou maltratar qualquer ser da criação de Nhanderu. Em roda de chimarrão em sua casa, na Tekoa Tataendy Rupa, em data que não me recordo, Kerexu Yxapyry expressou essa necessidade de lutar pela garantia da vida. Disse que lutamos sim, mas lutamos para viver, não para morrer. Nossa luta é pela vida, para que nossas crianças, nossas mulheres, nossos jovens e nossos mais velhos possam viver plenamente neste território. Lutamos para que ninguém precise sofrer

ou perder a vida para garantir o direito à terra e à existência do nosso povo. Nosso objetivo é que eles vivam com sombra e água fresca, pois era assim que viviam nossos ancestrais.

Morro dos Cavalos vem desenvolvendo projetos voltados ao fortalecimento da autonomia, ao reflorestamento e à sustentabilidade do território. A partir dessa organização comunitária, a comunidade passou a dar um salto significativo em seus projetos iniciais de vida, de sonhos e de futuro construídos coletivamente. Conseguiu transformar a antiga percepção de que o local era um espaço improdutivo, de solo pedregoso e infértil. Hoje fazemos a recuperação do solo, da fauna, da flora e principalmente das nascentes. Hoje produzimos alimentos saudáveis com o cultivar do avaxi ete'i (milho verdadeiro), mandioca, batata doce, feijão, amendoim e muitas frutas, além do fortalecimento da prática dos nossos rituais de consagração das sementes e alimentos.

Figura 11 Mulheres preparando alimento para cerimônia da consagração do alimento.



Fonte: Wesley Jekupe, 2023.

O plano de gestão territorial e ambiental eko-etno-envolvimento, também tem história no debate e na definição do nome, pois foi pensado por indígenas nesse propósito de se fortalecer enquanto povo e desconstruir a violência imposta pelo estado em negar a existência dos indígenas nesse espaço. Por isso o termo EKO significa vida; ETNO significa povo e ENVOLVIMENTO é tudo que traz a vida, pois tudo que é envolvido gera afeto, cuidado, proteção e mais vida. Essa é a forma que se pensou nesse título - de representar a organização da nossa tekoa (espaço da vida).

O PGTA foi lançado oficialmente em abril de 2022, durante o evento da semana cultural na Escola Itaty.

Figura 12 Lançamento do plano de gestão territorial e ambiental na Terra indígena Morro dos Cavalos durante a Semana Cultural de 2022.



Fonte: Wesley Jekupe

A luta da comunidade do Morro dos Cavalos é, sobretudo, pelo Bem Viver coletivo e o bem comum, como por vezes aqui acentuado. O trabalho de reflorestamento e o cuidado com as águas realizado pela comunidade não beneficia apenas os que vivem dentro do território indígena, mas também a população do entorno, pois a maioria das nascentes que abastecem os bairros próximos estão dentro da terra indígena. São águas da melhor qualidade que desaguam no rio Maciambu e no rio do Brito, nos limites sul e norte da terra indígena, respectivamente.

Mesmo aqueles que, por vezes, se colocam contrários ao reconhecimento do Morro dos Cavalos como Terra Indígena acabam sendo diretamente beneficiados pelas ações de preservação ambiental promovidas pela comunidade. Ao cuidar da terra, o povo Guarani Mbya também protege as nascentes, a vegetação e o ar que

todos respiram. Dessa forma, o compromisso com o território se estende ao compromisso com a vida, reafirmando o papel fundamental dos povos indígenas na manutenção do equilíbrio ambiental e do bem-estar coletivo. Esse cuidado do povo indígena também é fundamental para enfrentar a crise climática. Hoje há uma grande discussão sobre a crise climática, mas também é evidente que estamos diante de um crime climático. Os territórios indígenas têm contribuído imensamente para o bem estar de todo o planeta, cuidando das florestas, das águas e da vida, mesmo assim a cada momento precisamos defender nossos territórios, nossas matas e rios. É evidente que a tecnologia ancestral dos povos indígenas é muito mais eficaz do que a tecnologia da destruição, que alimenta apenas o ego de pessoas de forma ilusória, de que existirão outros planetas para onde poderão fugir quando este mundo estiver destruído.

Em 2018 foi oficializada a Associação Centro de Formação Tataendy Rupa e criada a organização interna da comunidade, momento em que se decidiu que as mulheres estariam à frente das tomadas de decisão. A escolha das mulheres como lideranças e chefes de família se deu pelo reconhecimento de que elas sempre pensam no coletivo quando idealizam projetos, considerando o bem de todos. A partir dessa decisão, passaram a existir lideranças territoriais, descentralizando o foco de ataques que antes recaíam apenas sobre o cacique ou vice cacique, que sempre eram alvos de perseguição e ataques. Essa nova forma de organização trouxe fortalecimento ao território, sustentado por um pensar feminino, pautado no cuidado, na atenção e na coletividade. Eu sou uma das lideranças territoriais da terra indígena.

É possível observar mudanças significativas no território desde o início da elaboração do PGTA até o momento atual, em que o plano já se encontra concluído. Nesta análise, apresento as metas que foram estabelecidas com o propósito de fortalecer o nhandereko no território. Durante o processo de elaboração do plano, muitas dessas metas eram compreendidas como sonhos coletivos. Hoje, parte desses sonhos já se concretizou. Ainda existem objetivos a serem alcançados, mas as transformações observadas evidenciam um processo contínuo de fortalecimento do território e de preparação para o futuro das novas gerações. Com a homologação, espera-se que esses sonhos sigam se realizando e contribuam para o aprimoramento da gestão e da autonomia do povo Guarani Mbya no território.

2.3. METAS QUE ESTÃO SENDO TRABALHADAS PARA APOIAR O NHANDEREKO NO TERRITÓRIO.

Neste item busco realçar algumas metas apontadas no PGTA que estão sendo trabalhadas na comunidade e que cada vez mais queremos fortalecer, pois são metas que foram construídas a partir de empenhos coletivos.

● Segurança e Proteção Territorial

Entre as metas já concretizadas no território, uma das principais conquistas foi o fortalecimento da segurança e proteção territorial, consideradas prioridade pela comunidade. Atualmente contamos com equipamentos de monitoramento por drones, utilizados pelos monitores ambientais capacitados para realizar o acompanhamento das áreas do território.

Essas ações incluem o monitoramento aéreo e caminhadas pelos limites do território, com o objetivo de identificar possíveis invasões, desmatamentos e focos de queimadas.

Figura 13 Monitores Alex e Wera, fazendo o monitoramento pelo território em 2022.

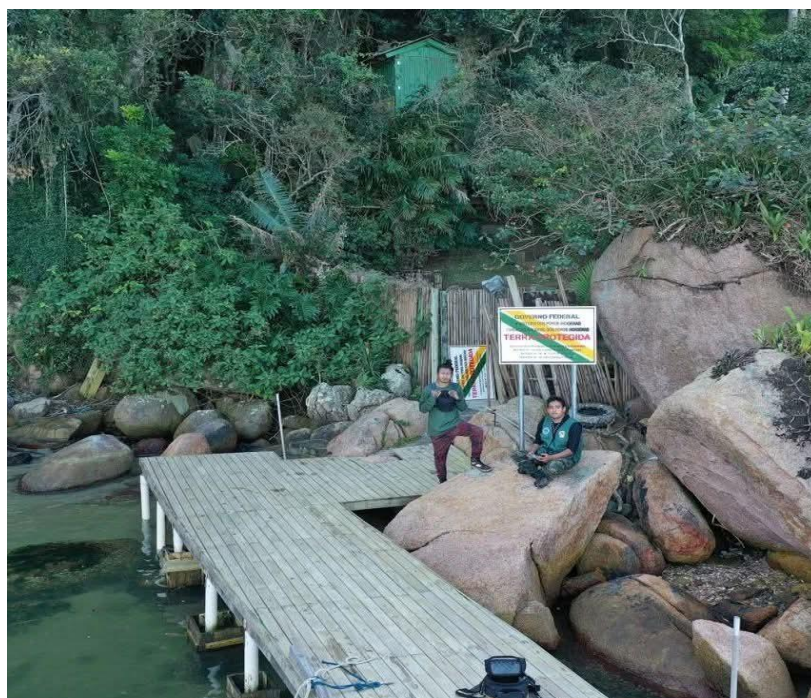


Fonte: Wesley Jekupe.

Também foi implementado um sistema de vigilância por câmeras em pontos estratégicos que, no passado, foram alvos de ataques, como o Centro de Formação Tataendy Rupa, algumas áreas da aldeia Yakã Porã e a Escola Itaty. A instalação dessas câmeras representa um avanço importante na prevenção de conflitos e na proteção da comunidade e de seus espaços coletivos.

Com a colocação das câmeras ficou mais fácil coletar provas e identificar as pessoas que cometem ataques contra nossa comunidade. Hoje a comunidade tem uma rede de comunicação para tentar prevenir um possível ataque contra a aldeia, pois qualquer movimento suspeito é observado e comunicado com as tecnologias usadas para a segurança da comunidade.

Figura 14 Registro fotográfico de caminhada pelos limites do território 16/04/2024.



Fonte: Wesley Jekupe

● Comunicação

Na área de comunicação avançamos na estruturação de canais próprios de divulgação das práticas culturais, ambientais e políticas do povo Guarani, fortalecendo a visibilidade e autonomia comunicativa da comunidade.

Foram realizadas capacitações em registro, edição e produção audiovisual, além da aquisição de equipamentos de comunicação, permitindo que os próprios jovens e comunicadores indígenas possam produzir e difundir seus vídeos, registros e materiais informativos.

Também foi promovida a formação de grupos de comunicação comunitária, responsáveis por fortalecer a circulação interna de informações e ampliar o alcance da voz Guarani para fora do território, mostrando a realidade, as lutas e as conquistas do povo Mbya no Morro dos Cavalos. Por meio da nossa comunicação, conseguimos realizar denúncias pelas redes sociais e desfazer a imagem completamente distorcida que alguns políticos tentaram construir sobre nós. Hoje mostramos nossas roças, nossas lutas, nossas cerimônias e seguimos fazendo as denúncias necessárias.

● **Produção sustentável**

Na área da produção sustentável foram implementadas ações voltadas ao fortalecimento da agricultura tradicional guarani, com foco na autonomia alimentar e na valorização dos saberes culturais de plantio. A comunidade também teve apoio técnico especializado em ferramentas e insumos para a agricultura, apesar de que o nosso xeramõi, que hoje tem a maior área de plantio, não utiliza nada de fora, apenas as práticas e o conhecimento tradicionais Guarani para fazer o plantio. O plantio no Morro dos Cavalos é algo que cresceu muito. Podemos dizer que no Morro dos Cavalos há abundância de alimento.

As roças voltadas à alimentação tradicional têm crescido de forma expressiva, acompanhadas do fortalecimento das hortas e pomares familiares. Atualmente, cada família mantém sua própria horta, sua roça e seu pomar, cultivando tanto espécies nativas quanto não nativas.

A comunidade tem se fortalecido significativamente em relação às práticas de produção sustentável. As trilhas tradicionais foram reativadas, atraindo visitantes interessados em conhecer a comunidade, sua luta e sua história de resistência. Em

2024, foi construído o mirante comunitário, com o objetivo de fortalecer ainda mais o turismo na aldeia e valorizar as iniciativas culturais e ambientais do território.

Durante meu estágio curricular comunitário na Escola Indígena de Ensino Básico Itaty, ocorrido em setembro de 2025, procurei desenvolver uma atividade que dialogasse diretamente entre o meu TCC e o PGTA. A partir dessa intenção surgiu a ideia de trabalhar com a construção da composteira na escola e maior ativação de hortas familiares, com resultados positivos. Essa iniciativa já faz parte da dinâmica da comunidade, uma vez que cada família mantém sua própria horta e sua roça, garantindo a continuidade da produção de alimentos de forma tradicional autônoma e sustentável.

A composteira foi incorporada como estratégia para ampliar as práticas de sustentabilidade no território. Por meio dela é possível produzir adubo natural, reduzindo a dependência de insumos externos e fortalecendo a autonomia da comunidade. Quanto maior forem as produções próprias dos alimentos e do fertilizante, menor é a necessidade de recorrer a recursos externos, o que contribui diretamente para autonomia alimentar e territorial.

● **Saúde**

No eixo da saúde observa-se uma importante articulação entre a gestão territorial e a medicina tradicional Guarani, promovendo o fortalecimento das práticas de cura tradicionais e a integração entre saberes indígenas e não indígenas.

Entre as principais conquistas está a implementação da Texai Renda (Casa de Saúde) intercultural, um espaço destinado tanto ao atendimento e à prática da medicina tradicional Guarani, quanto ao acolhimento de mulheres gestantes da comunidade. Esse espaço também simboliza o reconhecimento e a valorização das parteiras tradicionais, guardiãs de saberes fundamentais para a saúde e o bem viver coletivo.

Figura 15 Construção da Texai Renda (casa de saúde) 2024



Fonte: Wesley Jekupe

Além disso, foi realizada a implantação de hortas de plantas medicinais em cada aldeia, com o apoio técnico necessário e a distribuição de estufas, mudas e insumos orgânicos. Uma dessas hortas, localizada próxima à Casa de Saúde, tem se destacado pela produção de ervas medicinais utilizadas na elaboração de óleos essenciais, sabonetes e pomadas. Essas atividades, conduzidas principalmente pelas mulheres da comunidade, contribuem tanto para o fortalecimento da medicina tradicional guarani quanto para a geração de renda e o fortalecimento feminino no território. É necessário destacar o protagonismo das kunhangue (mulheres) em relação à saúde dentro da comunidade. O envolvimento é amplo e contínuo, especialmente no cuidado com as crianças e jovens, sempre nesse lugar de acolhimento, principalmente nesse momento em que a doença mental está forte nas comunidades. Nós, kunhangue, desenvolvemos oficinas, produzimos nossos remédios tradicionais, como sabonetes, xaropes, pomadas e óleos essenciais, incentivando e transmitindo os conhecimentos tradicionais sobre as plantas medicinais. Essa atuação expressa não apenas a preservação de saberes ancestrais,

mas o compromisso coletivo das mulheres com o bem estar físico, espiritual e cultural de toda a comunidade.

● **Gestão ambiental**

Na área de gestão ambiental foi implementado um viveiro de mudas e sementeiras da aldeia Tataendy Rupa, além da criação de um espaço que nomeamos de berçário, onde foram colocadas as sementes coletadas dentro do território pelas mulheres da aldeia. Assim, nesse espaço as sementes germinavam e posteriormente eram mudadas para o viveiro.

As ações integram atividades de recuperação das espécies nativas da flora do Bioma Mata Atlântica especialmente da Floresta Ombrófila Densa, bem como o cultivo de árvores frutíferas nos terrenos de moradia das famílias, com apoio para a obtenção de mudas, insumos e assistência técnica, conforme as necessidades e escolhas da comunidade.

Como resultado dessas iniciativas, uma grande área da comunidade vem sendo recuperada, fortalecendo a relação do povo Guarani Mbya com a terra, reafirmando o compromisso coletivo com o bem viver e a sustentabilidade do território.

● **Educação**

Na área da educação, o nosso Plano de Gestão Territorial e Ambiental prevê importantes metas para fortalecer a união e o desenvolvimento da comunidade. Entre elas estão a contratação de professores para as escolas indígenas, o fortalecimento da Escola Indígena da aldeia Yakã Porã e a edificação de uma nova escola na aldeia de Yakã Porã.

Sabemos que ainda há muito a avançar na educação, mas temos clareza dos caminhos a seguir, pois tudo já está previsto no nosso PGTA. Esse plano contempla não apenas a área da educação, mas também a gestão ambiental, as questões hídricas, a geração de renda, o fortalecimento jurídico e institucional, a saúde, a segurança e proteção do território, a comunicação e a produção sustentável.

Com tudo isso já organizado, hoje é mais fácil elaborar projetos, pois sabemos como queremos agir, de que forma executar cada ação e quais são as prioridades para o fortalecimento do nosso território.

Nosso plano expressa os sonhos, planejamentos e metas da comunidade, construídos coletivamente para garantir o Bem Viver e o fortalecimento da coletividade.

2.4. Os desafios em implementar PGTA's nos territórios não demarcados

A implementação de um PGTA em áreas indígenas não demarcadas enfrenta diversos desafios, entre os quais se destacam a falta de reconhecimento legal, as ausências de demarcação e de reconhecimento formal do território, o que dificulta o acesso a políticas públicas, recursos financeiros e instrumentos de apoio, tornando mais complexa a execução das ações previstas no plano, as pressões externas de especulação imobiliária, agronegócio, mineração, desmatamento e várias outras formas de explorar os territórios indígenas. Tudo leva a gerar conflitos, ameaça o equilíbrio ambiental e coloca em risco toda a comunidade.

A falta de apoio institucional traz carência de apoio técnico, financeiro e político por parte de órgãos governamentais, e instituições parceiras podem ficar limitadas devido à incapacidade das comunidades de elaborar, aplicar e monitorar de forma eficaz as ações do plano.

Com a criação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI), em 2023, as discussões sobre os PGTA's nas terras e comunidades indígenas ganharam mais destaque. O MPI passou a oferecer apoio técnico e institucional às comunidades na elaboração e implementação desses planos, fortalecendo a gestão autônoma dos territórios.

Em 2025, o ministério lançou o Projeto Ywy Ipuranguete, uma iniciativa voltada à implementação efetiva dos PGTA's, com o objetivo de garantir a proteção, o uso sustentável e a valorização dos territórios indígenas. O projeto terá vigência até 2030, consolidando-se como uma importante política pública para o fortalecimento da autodeterminação e do Bem Viver dos povos indígenas. Isso fortalece, porque quando o governo implementa políticas públicas, ele passa a

reconhecer que esse é um território indígena. Esse reconhecimento traz respeito, segurança, melhoria e valorização para o povo.

CONCLUSÃO

O Morro dos Cavalos é, hoje, um território com todas as etapas do processo demarcatório concluídas, restando apenas o procedimento administrativo da Funai para a desintrusão definitiva.

Atualmente, cerca de um terço da terra é manejado de forma sustentável pelas comunidades, garantindo uma produção autossuficiente e saudável. É possível viver da terra e com a terra, em harmonia com os ciclos naturais e com os saberes tradicionais do povo Guarani Mbya.

O PGTA veio com o papel de registrar, fortalecer e dar visibilidade ao que sempre foi cultivado e praticado pelos povos indígenas, em especial, pelo povo Guarani.

Nossos antepassados foram os que vieram antes de nós. O presente e o futuro são a reafirmação do que somos. Essa continuidade precisa ser falada, vivida, praticada e registrada.

As técnicas e tecnologias, quando bem compreendidas, tornam-se instrumentos de estímulo às práticas tradicionais e à valorização do conhecimento ancestral.

A importância do PGTA está também no poder de visualizar e coletivizar as ideias, os pensamentos e as falas. Quando a aldeia sonha junto, ela se levanta unida e, com ela, a força da terra e da ancestralidade também se renovam. No caso do PGTA do Morro dos Cavalos, o conceito de eko-etno-envolvimento ecoa nas montanhas como um chamado da abundância de vida e da interconexão entre todas as formas de existir.

Entretanto, ainda há grandes desafios no diálogo com órgãos políticos e institucionais, que muitas vezes não compreendem o modo de vida dos povos indígenas. No processo do PGTA do Morro dos Cavalos ficou evidente para a comunidade que coletivo não significa uniformidade.

O fortalecimento não veio do plantar todos no mesmo espaço ou as mesmas espécies, mas da unidade construída na diversidade, cada família cuidando do seu quintal, com responsabilidade e autonomia, mas compartilhando com alegria os frutos e os saberes.

Um exemplo marcante ocorreu quando a Funai levou mudas nativas de pitanga, araçá e outras espécies para um senhor da comunidade, que havia solicitado mudas de laranja. Enquanto os jovens faziam o plantio, o senhor colocou as mudas de lado e disse ao servidor da Funai que o que ele precisava era de laranjeiras. O servidor explicou que a laranja não era nativa, mas o senhor respondeu com sabedoria: “Hoje, comer laranja faz parte da nossa cultura. Eu gasto muito dinheiro comprando laranja e isso não muda nossa língua, nossa crença e nem nosso modo de pensar Guarani. Pitanga e araçá já temos bastante na mata, o que precisamos é de laranja.”

Esse diálogo mostra como o tempo, a necessidade e a convivência também fazem parte do processo de transformação e continuidade cultural.

Dentro do conhecimento Guarani ainda se fala das boas mãos, pois há quem tenha boa mão para plantar raízes, outros para ramos, frutas ou cipós. Há também quem não tenha mão boa para plantar, mas tem dons no artesanato, no preparo da terra ou em outras práticas. Cada um contribui com seu talento e é dessa diversidade que nasce a força da Tekoá.

A construção do Plano de Vida da comunidade foi, por isso, um passo fundamental: um instrumento para expressar essa organização própria e fortalecer o modo de ser e viver Guarani.

É essencial que os órgãos e instituições reconheçam essas formas de organização, compreendam a riqueza e a perfeição da diversidade existente em uma Tekoá. Quando se entende e respeita esse modo de vida, torna-se possível enxergar a verdadeira sustentabilidade: aquela que nasce da terra, da ancestralidade e do Bem Viver.

É nesse contexto atual da Terra Indígena Morro dos Cavalos que se torna cada vez mais nítido que a luta pelo território é, acima de tudo, uma luta pela vida. A resistência do povo Guarani Mbya não se limita à defesa física da terra, mas expressa também o desejo e o direito de viver plenamente nesse território, de garantir a continuidade dos costumes, da cultura e do Bem Viver.

Toda a estratégia de organização comunitária e de resistência foi construída para que a luta não significasse perda de vidas, mas sim a afirmação da existência. Lutar pela terra, para o povo Guarani, não é lutar pela guerra, mas pela vida em harmonia, pela possibilidade de viver de acordo com o modo próprio de ser e de se

relacionar com a natureza. A terra não é apenas um espaço físico, mas um ser vivo que dá sentido à existência coletiva.

Essa compreensão tem ensinado às lideranças e à toda a comunidade que é possível resistir sem abrir mão da alegria, da espiritualidade e da força ancestral. Mesmo diante de tantas dificuldades e ameaças, a luta pela terra deve ser compreendida como luta pela alegria, pela sombra e pela água fresca, como afirmam os próprios Guarani: são elementos que simbolizam o equilíbrio e o Bem Viver. Para nós Guarani Mbya as palavras, quando lançadas, são como sementes: têm força, brotam e florescem. Cada palavra lançada na luta é uma semente de vida. Por isso, é preciso ter consciência e esperança no poder do que é dito, acreditando que a luta seja sempre pela vida, e não pela morte.

Não se deve repetir o discurso de que é necessário morrer pela terra, mas afirmar, com sabedoria, que se luta para viver com dignidade na terra, garantindo o futuro das crianças, dos jovens e dos anciões, do território, da existência Guarani. Assim, o povo reafirma sua presença e sua permanência.

Figura 16 Comemoração da entrega do Registro da Terra indígena Morro dos Cavalos



O Morro dos Cavalos sempre foi e sempre será território Guarani

REFERÊNCIAS

ANTUNES, ADÃO KARAI TATAENDY. *PALAVRAS DO XERAMÕI*. ILUSTRAÇÃO: GENNIS MARTINS TIMÓTEO. HOLAMBRA, SP: CUCA FRESCA, 2008.

BOND, ROSANA. *A SAGA DE ALEIXO GARCIA: O DESCOBRIDOR DO IMPÉRIO INCA*. FLORIANÓPOLIS: EDITORA INSULAR, 1998.

BRASIL. DECRETO Nº 5.051, DE 19 DE ABRIL DE 2004. PROMULGA A CONVENÇÃO Nº 169 DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT SOBRE POVOS INDÍGENAS E TRIBAIS. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, BRASÍLIA, DF, 20 ABR. 2004.

BRASIL. DECRETO Nº 7.747, DE 5 DE JUNHO DE 2012. INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DE TERRAS INDÍGENAS – PNGATI. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, BRASÍLIA, DF, 6 JUN. 2012.

CEPAGRO; LERU. PLANO DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DA TERRA INDÍGENA M'BIGUAÇU/SC: PRIMAVERA. TERRA INDÍGENA BIGUAÇU. 2023.

COMUNIDADE KAINGANG DA TERRA INDÍGENA INHACORÁ ET AL. *GA TO JYNKRE KÂMÉM GE, ÊMÃ TY INHACORÁ KE*. PLANO DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL TERRA INDÍGENA INHACORÁ. SÃO VALÉRIO DO SUL, RS: ASSOCIAÇÃO INDÍGENA DO POSTO INDÍGENA INHACORÁ, 2022.

FOSSARI, Teresa Domitila (coord.). *Relatório de escavação arqueológica do Sítio Maciambu*: Sítio cerâmico. Palhoça, 19 set. 1987. Equipe: Maria Madalena Velho Amaral; Valdemar Peixoto Filho; Rodrigo Lavínia; Carlos Euclides Marques; John Cleber.

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS (FUNAI). Página inicial. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br> . Acesso em: 20 de out. 2025

GONÇALVES, JOÃO BATISTA. *ETNOTERRITORIALIDADE E A HOMOLOGAÇÃO DA TERRA INDÍGENA MORRO DOS CAVALOS*. 2015. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA DO SUL DA MATA ATLÂNTICA) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. FLORIANÓPOLIS, 2015

LADEIRA, MARIA INÊS; ET AL. *GUATA PORÃ: BELO CAMINHAR*. SÃO PAULO: CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA – CTI, 2015.

POVO GUARANI DA TERRA INDÍGENA MORRO DOS CAVALOS. *PLANO DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL - PGTA MORRO DOS CAVALOS*. JUNHO, 2021.

UFSC; FATMA. *Parque Estadual do Tabuleiro: Aspectos Culturais e Sociais*. Volume I. Florianópolis: UFSC/FATMA, agosto de 1976.

LISTA DE ENTREVISTADOS

Alexander Oliveira de Souza Karai

Celita Antunes

Elizandro Karai Antunes

Eunice Kerexu Yxapyry Antunes

Kennedy Ferreira Gomes

Rodrigo Mariano

Wesley Jekupe

Xeramõi Dario Tupã

GLOSSÁRIO

Apyka – Nave que transportava o espírito para a Terra sem Males

Guata Porã – Belo caminhar

Kunhangue – Mulheres

Mborayu – Bondade, amor, amar

Nhanderu Tenonde – Nosso pai soberano

Nhaneramõi – Nosso avô

Nhande Xy Tenonde – Nossa mãe soberana

Tekoa – Aldeia, onde vive

Teko Porã – Boa vida, bem viver

Xeramõi – Avô

Yvy Marae'y – Terra sem males, paraíso, terra sagrada

Yvy Mbyte – Centro da Terra

Yvyrupa – Terra, território

ANEXOS

FIGURAS

FIGURA 17. ELIZANDRO FAZENDO DESENHO DOS LIMITES DA TERRA INDÍGENA MORRO DOS CAVALOS



FONTE: WESLEY JEKUPE.

FIGURA 18

FONTE: GEOPROCESSAMENTO; GEÓGRAFO KLEBER NUNES PEREIRA. IMAGEM DO MAPA COM OS LEVANTAMENTOS DE ÁREA PRODUTIVA DA TERRA INDÍGENA MORRO DOS CAVALOS, OUTUBRO DE 2025

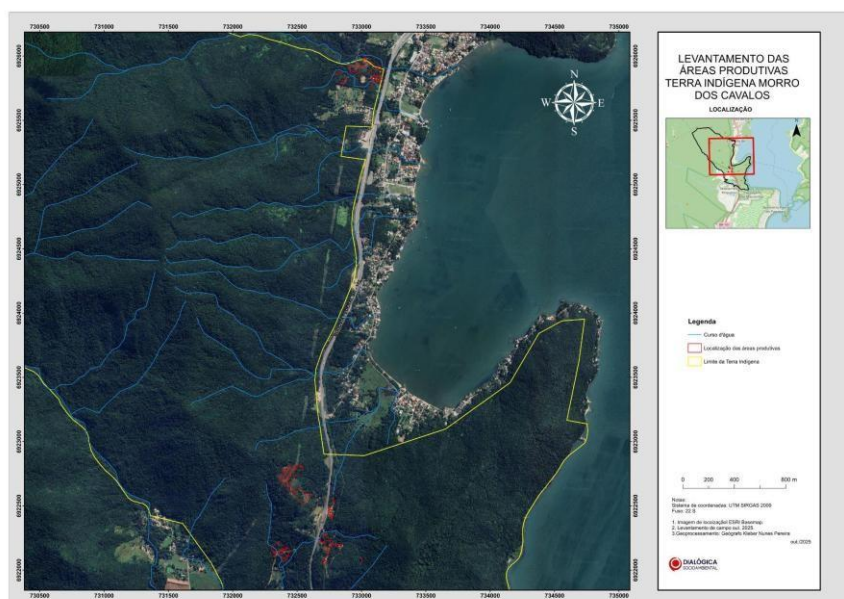


Figura19

FONTE: GEOPROCESSAMENTO; GEÓGRAFO KLEBER NUNES PEREIRA. IMAGEM DO MAPA COM OS LEVANTAMENTOS DE ÁREA PRODUTIVA DO NÚCLEO TEKOA YMA, OUTUBRO DE 2025



FIGURA 20

FONTE: GEOPROCESSAMENTO; GEÓGRAFO KLEBER NUNES PEREIRA. IMAGEM DO MAPA COM OS LEVANTAMENTOS DE ÁREA PRODUTIVA DA TEKOA ITATY, OUTUBRO DE 2025

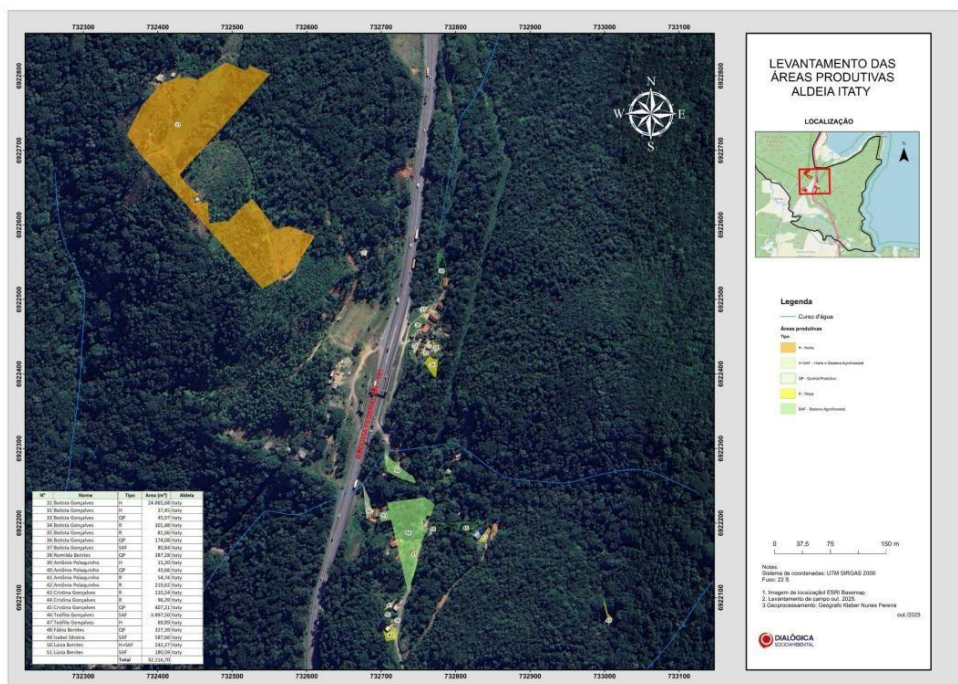


Figura 21

FONTE: GEOPROCESSAMENTO; GEÓGRAFO KLEBER NUNES PEREIRA. IMAGEM DO MAPA COM OS LEVANTAMENTOS DE ÁREA PRODUTIVA DA TEKOA YAKÃ PORÃ, OUTUBRO DE 2025

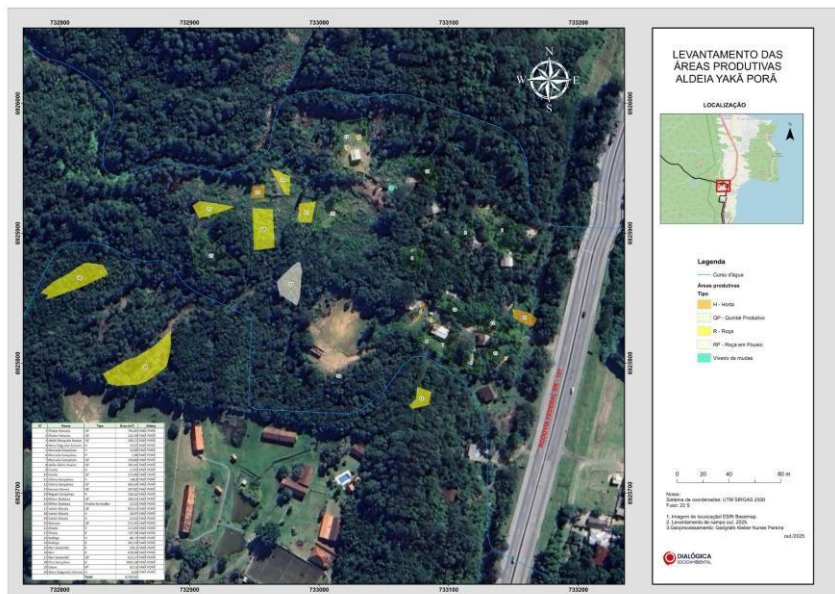


FIGURA 22

FONTE: GEOPROCESSAMENTO; GEÓGRAFO KLEBER NUNES PEREIRA. IMAGEM DO MAPA COM OS LEVANTAMENTOS DE ÁREA PRODUTIVA DA TEKOA TATAENDY RUPA, OUTUBRO DE 2025



Figura 23

EXPEDIÇÃO NOS LIMITES DO TERRITÓRIO MORRO DOS CAVALOS, NOVEMBRO DE 2024

FONTE: WESLEY JEKUPE



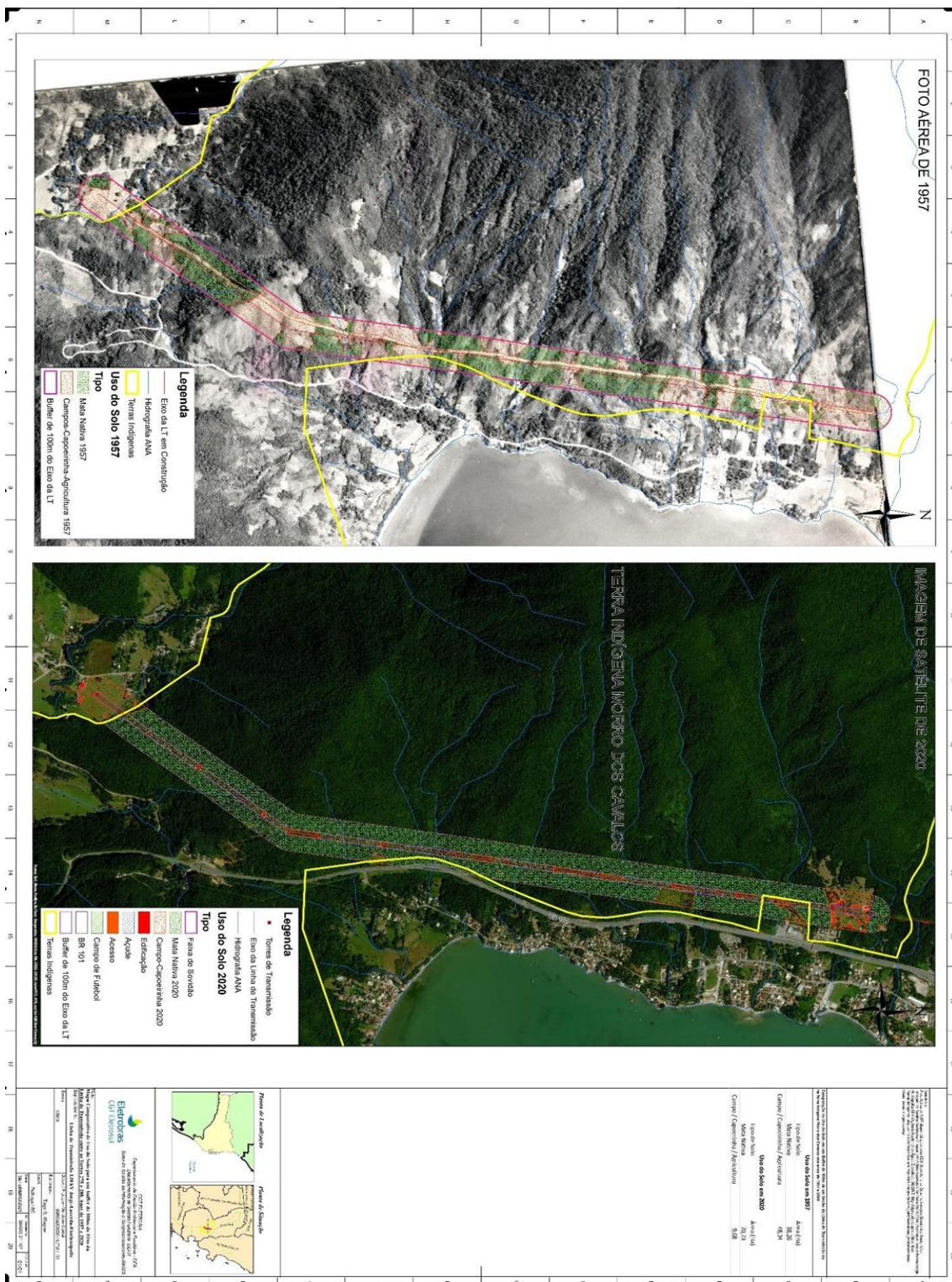
FIGURA 24

SEGUNDA EXPEDIÇÃO PELOS LIMITES DOS TERRITÓRIO, 2024. FONTE: WESLEY JEKUPÉ.



FONTE: WESLEY JEKUPE.

ANEXO A – MAPA COMPARATIVO DE USO DO SOLO PARA UM BUFFER DE 100M DO EIXO DA LINHA DE TRANSMISSÃO ENTRE AS TORRES 275 E 288. ANOS DE 1957 E 2020



ANEXO B - REGISTRO DA TERRA INDÍGENA MORRO DOS CAVALOS. CARTÓRIO DE PALHOÇA/SC, 06 DE JANEIRO DE 2025.



Sebastião David Correa Tourinho - Oficial Registrador
Rua Bernardino Saturnino da Silva, n° 87, Caminho Novo, Palhoça/SC - CEP: 88132-335
Fone: (48) 3242-4522 e 3242-7900 - Email: cripalhoça@riph.com.br
Site: www.riph.com.br e www.registradores.onr.org.br

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

Cadastro Nacional de Matrículas - CNM: 105536.2.0126396-15.

CERTIFICO o inteiro teor da Matrícula n. **126.396** do Livro 2 - Registro Geral, conforme imagem abaixo:

REGISTRO GERAL **REGISTRO DE IMÓVEIS** CNM: 105536.2.0126396-15
LIVRO 2 PALHOÇA/SC Página: 01
Sebastião David Correa Tourinho - Oficial Registrador

MATRÍCULA: N.º 126.396 DATA: 06 de janeiro de 2025
IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL: Terreno com 1.983,4801 ha (um mil e novecentos e oitenta e três hectares e quarenta e nove ares e um centiare), perímetro 26.890,94 metros, terra indígena denominada Morro dos Cavalos, situado em Palhoça/SC, com as seguintes medidas e confrontações: Inicia-se o perímetro no ponto P-01, de coordenadas geográficas aproximadas 27°45'47,840"S e 48°40'49,474"WGr., situado na confluência do Rio Massiambú Pequeno com um córrego sem denominação; deste, segue pela margem esquerda do citado córrego, a montante, até o ponto P-02, de coordenadas geográficas aproximadas 27°45'30,110"S e 48°40'30,193"WGr., situado na sua cabeceira; deste, segue por linha reta, seguindo aproximadamente o divisor de águas da Serra do Cambreia, até o ponto P-03, de coordenadas geográficas aproximadas 27°45'25,870"S e 48°39'46,813"WGr., situado na cabeceira de um córrego sem denominação; deste, segue pela margem direita do citado córrego, a jusante, até o ponto DI-01, de coordenadas geográficas aproximadas 27°46'08,874"S e 48°38'42,624"WGr., situado na sua confluência com o Rio do Brito; deste, segue pela margem direita do citado rio, a jusante, até o marco BKR-ME001 (SAT), de coordenadas geográficas 27°46'16,377"S e 48°38'01,825"WGr., situado no limite da faixa de domínio da Rodovia BR-101; deste, segue pela citada faixa de domínio, sentido Porto Alegre, até o marco BKR-ME015, de coordenadas geográficas 27°45'31,030"S e 48°38'04,878"WGr., situado no limite da faixa de domínio da Rodovia BR-101; deste, segue por linha reta, confrontando Terras do Posto São Cristóvão III, até o marco BKR-ME014, de coordenadas geográficas 27°46'30,894"S e 48°38'12,239"WGr.; deste, segue por linha reta, até o marco BKR-ME013, de coordenadas geográficas 27°46'38,570"S e 48°38'13,498"WGr.; deste, segue por linha reta, até o marco BKR-ME012, de coordenadas geográficas 27°46'39,289"S e 48°38'06,569"WGr., situado no limite da faixa de domínio da Rodovia BR-101; deste, segue pela citada faixa de domínio, sentido Porto Alegre, até o marco BKR-ME011, de coordenadas geográficas 27°47'53,861"S e 48°38'16,737"WGr., situado no limite da faixa de domínio da Rodovia BR-101; deste, segue por linha reta, confrontando com área urbana edificada da localidade de Enseada do Brito, até o marco BKR-ME010, de coordenadas geográficas 27°47'54,083"S e 48°38'05,294"WGr.; deste, segue por linha reta, até o marco BKR-ME009, de coordenadas geográficas 27°47'46,948"S e 48°37'42,371"WGr.; deste, segue por linha reta até o marco BKR-ME008, de coordenadas geográficas 27°47'34,949"S e 48°37'24,325"WGr.; deste, segue por linha reta até o marco BKR-ME007, de coordenadas geográficas 27°47'22,342"S e 48°37'16,404"WGr.; deste, segue por linha reta, até o marco BKR-ME006, de coordenadas geográficas 27°47'19,045"S e 48°37'09,898"WGr.; deste, segue por linha reta, até o marco BKR-ME005, de coordenadas geográficas 27°47'18,510"S e 48°37'03,541"WGr.; deste, segue por linha reta, confrontando com Terras da Marinha, até o marco BKR-ME004, de coordenadas geográficas 27°47'29,093"S e 48°37'04,889"WGr.; deste, segue por linha reta, até o marco BKR-ME003, de coordenadas geográficas 27°47'44,144"S e 48°37'07,983"WGr.; deste, segue por linha reta até o marco BKR-ME002 (SAT), de coordenadas geográficas 27°47'44,955"S e 48°37'02,250"WGr., situado na Baía Sul, junto as águas do Oceano Atlântico; deste, segue margeando o Oceano Atlântico, sentido Sul, até o ponto DI-02, de coordenadas geográficas aproximadas 27°49'24,546"S e 48°37'09,549"WGr., situado na foz do Rio Massiambú; deste, segue pela margem esquerda do citado rio, a montante, até o ponto DI-03, de coordenadas geográficas aproximadas 27°49'12,899"S e 48°37'56,460"WGr., situado na mesma margem; deste, segue por linha reta, atravessando o Rio Massiambú, até o ponto P-21, de coordenadas geográficas aproximadas 27°49'10,151"S e 48°37'59,103"WGr., situado na confluência do Rio Massiambú com um rio sem denominação; deste, segue pela margem esquerda do rio sem denominação, a montante, até o marco BKR-ME018 (SAT), de coordenadas geográficas 27°49'04,583"S e 48°38'19,139"WGr., situado na margem esquerda do mesmo rio; deste,

REGISTRO DE IMÓVEIS DE PALHOÇA
Rua Bernardino Saturnino da Silva, n.º 87, Caminho Novo - Palhoça/SC.
CEP: 88.132-335 - Telefones: (48) 3242-4522 e (48) 3242-3368

Continua no verso

Assinado digitalmente por HELENA SOARES CARMEZINI (078.261.129-07)

Página 1 de 3



CONTINUAÇÃO DA MATRÍCULA N.º 126.396

segue por linha reta, confrontando com Terras da Marinha, até o marco BKR-ME019, de coordenadas geográficas 27°49'02,909"S e 48°38'26,062"WGr., situado na cabeceira de um rio sem denominação; deste, segue pela margem direita do citado rio, a jusante, até o ponto DI-05, de coordenadas geográficas aproximadas 27°48'55,529"S e 48°38'43,519"WGr., situado na sua confluência com o Rio Massiambú Grande; deste, segue pela margem direita do Rio Massiambú Grande, a jusante, até o ponto DI-06, de coordenadas geográficas aproximadas 27°48'48,606"S e 48°38'32,929"WGr., situado na confluência do Rio Massiambú Grande com o Rio Massiambú Pequeno; deste, segue pela margem esquerda do Rio Massiambú Pequeno, a montante, até o ponto DI-07, de coordenadas geográficas 27°48'35,228"S e 48°38'45,554"WGr., situado na confluência de um córrego sem denominação; deste, segue pela margem esquerda do citado córrego, a montante, até o marco BKR-ME016 (SAT), de coordenadas geográficas 27°48'33,725"S e 48°38'46,225"WGr., situado na mesma margem; deste, segue pela mesma margem, a montante, até o marco BKR-ME020, de coordenadas geográficas 27°48'26,543"S e 48°38'45,224"WGr., situado na margem esquerda do córrego sem denominação; deste, segue por linha reta, confrontando com área urbana edificada da localidade de Massiambú, até o marco BKR-ME021, de coordenadas geográficas 27°48'21,957"S e 48°38'48,072"WGr.; deste, segue por linha reta até o marco BKR-ME022, de coordenadas geográficas 27°48'12,069"S e 48°38'56,448"WGr.; deste, segue por linha reta até o marco BKR-ME017 (SAT), de coordenadas geográficas 27°48'10,270"S e 48°39'05,619"WGr., situado na margem esquerda do Rio Massiambú Pequeno; deste, segue pela margem esquerda do citado rio, a montante até o ponto P-01, início da descrição deste perímetro./././.

CIR: 950.254.158.690-1. **CCIR:** 67921203242, **área total (ha):** 1.983,4901, **módulo rural (ha):** 0,00, **n. módulos rurais:** 0,00, **módulo fiscal (ha):** 12,0000, **n. módulos fiscais:** 165,2908, **Fração Mínima de Parcelamento:** 2,00.

PROPRIETÁRIO: UNIÃO FEDERAL, CNPJ n.º 00.489.828/0009-02.

REGISTRO ANTERIOR: Aquisição originária. FRJ: Isento. Emolumentos: Não incidem. Selo de fiscalização: HAT28684-ZWE5. Protocolo n.º 250.115 de 30/12/2024. Dou fé. Assinado digitalmente por: Cibele Francine Roussenq - Escrevente Substituta Designada -06/01/2025 16:01:53

AV-1-126.396 - DEMARCAÇÃO DA TERRA INDÍGENA NO MORRO DOS CAVALOS, conforme ofício n.º 2027/2024/DPT/FUNAI, expedido em 16/12/2024 pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI, protocolada sob n.º 250.115 em 30/12/2024, procede-se a averbação para constar que o imóvel objeto desta matrícula trata-se de terras de posse tradicional e permanente do Grupo Guarani Mbyá, sendo-lhe destinado o usufruto exclusivo das riquezas naturais do solo, dos rios, dos lagos e de todas as utilidades nela existentes, em que os bens são inalienáveis e indisponíveis da União Federal, não podendo ser objeto de arrendamento, desapropriação ou qualquer negócio jurídico que restrinja o pleno exercício da posse direta pelos índios, em conformidade com o art. 18 § 1º, art. 19 § 1º, art. 22 § único, art. 23, art. 24 § 1º e § 2º e art. 38, da Lei nº 6.001/73 e art. 231, da Constituição Federal. Emolumentos: Isentos. (25 - LCE N. 755/19 - ART. 7º, I - ENTES PÚBLICOS) FRJ: Isento. Selo de fiscalização: HAT28685-8271. Dou fé. Assinado digitalmente por: Cibele Francine Roussenq - Escrevente Substituta Designada, 06/01/2025 16:01:56 .





Sebastião David Correa Tourinho - Oficial Registrador
 Rua Bernardino Saturnino da Silva, nº 87, Caminho Novo, Palhoça/SC - CEP: 88132-335
 Fone: (48) 3242-4522 e 3242-7900 - Email: cripalhoça@riph.com.br
 Site: www.riph.com.br e www.registradores.onr.org.br

Continuação da certidão da matrícula 126.396.

OBSERVAÇÃO: A descrição do presente imóvel, precisa atender os preceitos dos artigos 176 e 225 da Lei dos Registros Públicos n.º 6.015/73./././.

O referido é verdade e dou fé.
 Palhoça/SC, 06 de janeiro de 2025

Helena Soares Carmezini – Escrevente

Emolumentos:	R\$	Isento
FRJ:	R\$	0,00
ISS:	R\$	0,00
Total:	R\$	0,00



****Validade desta certidão: 30 dias corridos****

As certidões do Registro de Imóveis podem ser solicitadas eletronicamente em
www.registrodeimoveis.org.br

Assinado digitalmente por HELENA SOARES CARMEZINI (078.261.129-07)

Página 3 de 3

